

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E

TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

CAMPUS FELIZ

MARISA DA CRUZ DE OLIVEIRA

O desafio financeiro do gestor escolar na rede pública municipal de ensino da cidade
de São Sebastião do Caí- RS

Feliz - RS, Junho de 2019

MARISA DA CRUZ DE OLIVEIRA

O desafio financeiro do gestor escolar na rede pública municipal de ensino da cidade de São Sebastião do Caí- RS

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz.

Orientador: Prof. Ms. Júlio César de Vargas Oliveira

Feliz - RS, Junho de 2019

MARISA DA CRUZ DE OLIVEIRA

O desafio financeiro do gestor escolar na rede pública municipal de ensino da cidade de São Sebastião do Caí- RS

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz.

Orientador: Prof. Ms. Júlio César de Vargas Oliveira

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Orientador: Prof. Ms. Júlio César de Vargas Oliveira

Prof. Dr. José Plínio Guimarães Fachel

Prof. Ms. Matheus Milani

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, autor de meu caminho, que me iluminou e deu força durante esses anos de caminhada.

Ao meu esposo Fábio, que compreendeu a minha ausência por tantas noites e finais de semana abdicados devido aos meus estudos, que por diversas vezes acalmou-me quando necessitei de um afago, agradeço por sua companhia, paciência e amor.

À minha filha que tão pequena compreendeu minha ausência em noites e finais de semana.

À minha sogra que cuidou da minha filha nessa minha jornada.

Aos professores que contribuíram para o meu desenvolvimento ao longo desta jornada.

As minhas colegas que durante este percurso e devido à convivência, tornaram-se amigas.

Enfim, a todos que de alguma forma colaboraram ou torceram pela concretização deste momento.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar o desafio financeiro do gestor escolar na rede pública municipal de ensino da cidade de São Sebastião do Caí- RS. Analisando os desafios percebe-se que os gestores recebem poucos recursos financeiros do município, mas que com este pouco conseguem fazer bastante. Com isso os gestores precisam fazer promoções para arrecadar mais verbas financeiras para conseguir promover seus projetos ao longo do ano, ou ainda caso seja necessário alguma compra de urgência. Ao longo do estudo pode-se verificar que os gestores são democráticos em suas ações, em sua grande maioria. As mesmas responderam na pesquisa realizada que pedem ajuda da comunidade escolar para as atividades e projetos escolares. Na pesquisa qualitativa o Secretário da Educação do município de São Sebastião do Caí deixou claro que as verbas financeiras são disponibilizadas as escolas, são as ordenadas por lei, neste caso se alguma escola necessite de algum material com urgência deve dispor de um caixa da mesma. E ainda sobre a prestação de contas dos gestores escolares com a secretaria da educação então obteve a seguinte resposta de que a prestação de contas é feita mediante a apresentação de formulários específicos e documentos comprobatórios de despesas e extratos bancários. Ao fim do estudo, percebe-se que os gestores das escolares são escolhidos pela secretaria de educação do município e nem todos tem conhecimento financeiro. Em sua totalidade eles são formados em licenciatura e não possuem conhecimento técnico na área de gestão.

Palavras-chave: Gestores. Gestão Democrática. Gestão Financeira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formulário prestação de contas.....	52
Figura 2 – Decreto nº 3.789 de 01 de março de 2018.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade das Gestoras	39
Gráfico 2 - Sexo dos gestores	40
Gráfico 3 - Qual o nível de escolaridade dos gestores	40
Gráfico 4 - Há quanto tempo trabalha como Gestor (a) nessa escola?.....	41
Gráfico 5 - Na sua concepção, enumere as funções do Gestor (a) escolar que você acredita ter maior relevância.	42
Gráfico 6 - Como você avalia a Gestão Democrática na escola onde você é Gestor (a)?.....	43
Gráfico 7 - Como você classifica o conselho escolar na sua escola, nos seguintes quesitos: da estruturação e dos integrantes do conselho, se estes colaboram e auxiliam na resolução de problemas e na proposta de novas metas?	44
Gráfico 8 - Como você classifica a participação do grupo docente na elaboração e executa os planos de trabalho?.....	44
Gráfico 9 - Considerando suas ações como Gestor (a), você se considera democrático?	45
Gráfico 10 - A comunidade escolar – pais, alunos, professores e funcionários – tem acesso ao Regimento e ao PPP da escola?	46
Gráfico 11 - Você consegue, em tempo hábil, realizar todas as tarefas diárias que lhe são exigidas?.....	47
Gráfico 12 - Há professores e funcionários em quantidade suficiente na escola?	47
Gráfico 13 - Existe apoio na resolução de problemas e tomada de decisões do sistema de Ensino Municipal?	48
Gráfico 14 - Os recursos financeiros públicos são suficientes para a manutenção da escola e concretização dos projetos escolares definidos para o trabalho pedagógico?	49
Gráfico 15 - Você conta com alguma outra verba financeira para gerir a escola?	50
Gráfico 16 - Caso tenha, qual seria?	50
Gráfico 17- Você como Gestor (a) escolar trabalha com alguma ferramenta financeira para lhe auxiliar na gestão financeira da sua escola? Tem alguma Planilha financeira ou algum Programa financeiro que lhe auxilia na Gestão?.....	51

LISTA DE SIGLAS

CADIN - Créditos não Quitados do Setor Público Federal

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CD/FNDE - Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CF - Constituição Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CODDE - Coordenação do Dinheiro Direto na Escola

COHEP - Coordenação de Habilitação e Empenho de Projetos Educacionais

CPF - Cadastro Nacional de Pessoa Física

CPM – Conselho de Pais e Mestres

CRS - Certificado de regularidade de situação

DIRAE - Diretoria de Ações Educacionais

EEx - Entidade Executora

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PDDE – programa dinheiro direto na escola

PDE Escola - Cultura nas Escolas e Plano de Desenvolvimento da Escola

PPP- Projeto político pedagógico

PTRF - Programa de Transferência de Recursos Financeiros

SEB - Secretaria de Educação Básica

SECADI/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UEx - Unidades Executoras Próprias

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA DO ESTUDO	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA	15
2.1.1 A administração escolar ou gestão escolar	16
2.1.2 Gestão democrática e participativa	17
2.1.3 Projeto político pedagógico (PPP)	19
2.2 FINANCIAMENTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	20
2.2.1 Aspectos gerais do financiamento	20
2.2.2 PDDE – programa dinheiro direto na escola	20
2.3 POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO	24
2.3.1 O conceito de descentralização	24
2.3.2 Autonomia escolar	25
2.3.3 A descentralização de recursos financeiros	26
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	28
3.1 MÉTODOS QUALITATIVOS	28
3.1.1 Entrevistas individuais em profundidade	29
3.2 MÉTODOS QUANTITATIVOS	29
3.2.1 Métodos de pesquisa <i>survey</i>	30
3.3 TIPOS DE PESQUISA	30
3.3.1 Pesquisa exploratória	31
3.3.2 Pesquisa descritiva	31
3.4 DEFINIÇÕES DA POPULAÇÃO E AMOSTRA	32
3.5 PROCESSOS DE COLETA DE DADOS	33
3.5.1 Questionários	33
3.5.2 Roteiro de questões	34
3.5.3 Observação	36

3.6 PROCESSOS DE ANÁLISE DE DADOS	36
3.6.1 Pré-teste	37
4 DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS.....	39
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA	39
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A – PESQUISA DE GESTÃO FINANCEIRA PARA GESTORES ESCOLARES	64
APÊNDICE B – PESQUISA COM SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - R/S.....	68

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática da escola é um dos princípios constitucionais do ensino público, e precisa ser assumida como fator de melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento, na busca pela formação de cidadãos.

As mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas no mundo são evidentes e influenciam direta e indiretamente na organização da sociedade e da educação.

Com isso, a função social da escola também mudou, pois, conseqüentemente cabe a ela formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres. Por sua vez serem capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do País e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

A escola, portanto, tem o compromisso de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado, tem a obrigação de preocupar-se em dotar o aluno da capacidade de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou de acordo com as necessidades de desenvolvimento individual e social. Visando o preparo dos alunos para uma aprendizagem permanente, que tenha continuidade mesmo após o término de sua vida escolar.

Segundo HORA (2002), o desenvolvimento de trabalho na área educacional exige do educador os exercícios de ofícios, artes e artimanhas que, ao lado da fundamentação científica necessária, permitam-lhe a adoção de práticas pedagógicas voltadas para o transformador e transformar-se como pessoa e profissional. Na administração escolar esses exercícios também são essenciais.

1.1 TEMA E PROBLEMA DO ESTUDO

Dentro desse estudo pretende-se apresentar os desafios que um Gestor Escolar tem diante da gestão financeira das escolas da rede pública municipal de ensino da cidade de São Sebastião do Caí.

Podemos observar que o Gestor Escolar tem muitos desafios perante as finanças das escolas, no sentido de que os recursos financeiros são enviados pela Prefeitura, onde os gestores tem que organizar as suas finanças de acordo com o que têm de prioridades.

Será evidenciado também que os Gestores podem conseguir recursos com as sua própria criatividade, pois podem ser feito eventos na escola para arrecadar fundos, nesse sentido, um bom gestor consegue os seus objetivos engajando a comunidade a lhe ajudar, dessa forma o Gestor precisa ter uma Gestão Democrática, pois sem uma boa gestão democrática ele não vai conseguir alcançar os seus objetivos, e nesse caso nem falo só dos financeiros.

As escolas analisadas neste estudo serão as 13 escolas municipais da cidade de São Sebastião do Caí, a pesquisa será realizada com os gestores das escolas tendo eles como público alvo e o Secretário da Educação do Município de São Sebastião do Caí.

É argumentado por Gil (2010) que nem todo problema é passível de tratamento científico. Para realizar uma pesquisa é necessário de imediato verificar se o problema conjecturado se enquadra na categoria de científico. Pode-se dizer que ele é, quando envolve proposições que podem ser testadas mediante verificação empírica, ou seja, que envolvem variáveis suscetíveis de observação.

Roesch (2010, p. 90) contribui com a argumentação de Gil (2010), afirmando que “Um problema pode ser definido tanto a partir da observação, como da teoria, ou ainda de um método que se queira testar”.

Gil (2010) conceitua que um problema é uma situação não resolvida ou ainda a percepção de oportunidades que até então não haviam sido identificadas.

O esclarecimento de Gil (2010) é reforçado com a explicação de Marconi e Lakatos (2006, p. 161) que definem que o “Problema é uma dificuldade, teórica ou

prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução”.

A partir destas variáveis como problema de pesquisa foi estabelecida a seguinte questão: Quais os reais desafios de um Gestor Escolar diante da Gestão Financeira da rede pública municipal de ensino da cidade de São Sebastião do Caí - RS?

Diante das dificuldades enfrentadas pelos Gestores da área da Educação, essas dúvidas estimulam o trabalho em seu desenvolvimento como forma de análise e percepção de detalhes que podem levar a uma resposta conclusiva para tais questionamentos.

1.2 OBJETIVOS

Fonseca (2009) relata que os objetivos específicos são uma espécie de divisão do objetivo geral em diversas etapas, em que é necessário permitir a obtenção do objetivo geral e estes devem iniciar com o verbo de ação no infinito.

Assim podem-se definir sugestões para o aperfeiçoamento do estudo, tendo como base os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo analisar os recursos financeiros recebidos pelos estabelecimentos de ensino da rede Pública Municipal da cidade de São Sebastião do Caí - RS, e os dispositivos que os gestores devem utilizar para a divulgação, elaboração dos gastos e os processos de prestação de contas, perante a Prefeitura e a comunidade escolar.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as práticas de gestão democrática dos recursos financeiros;

- b) Confrontar as situações que são tidas como ideais, com as que realmente são reais nas escolas Municipais;
- c) Realizar estudos que visem explicar quais são as causas da lenta efetivação da gestão democrática dos recursos financeiros;
- d) Demonstrar os motivos que levam a comunidade escolar a não participar da gestão escolar.

Com esses objetivos definidos e enfatizados pela autora, darão os caminhos que serão seguidos para se alcançar o objetivo geral desta pesquisa e assim determinar se o resultado esperado de fato foi obtido.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo objetiva demonstrar e apresentar a importância da gestão escolar perante os recursos financeiros, numa perspectiva democrática de educação nas escolas públicas é fundamental para reconhecer, dar transparência e escolher as prioridades, com uma perspectiva de que os recursos venham de uma forma voluntária pela comunidade, onde a escola está inserida.

As intuições de ensino vêm ao longo dos anos tendo um aumento significativo dos recursos repassados pelo Governo Estadual e pelo Governo Federal, porém ainda vemos que em poucas vezes esses recursos atingem seus objetivos reais.

Muitos gestores por falta de conhecimento não sabem gerir de forma correta os recursos, como também tem dificuldade em tornar a gestão eficiente e democrática, a gestão democrática dos recursos poderia auxiliar muito os gestores na melhor aplicação dos recursos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os conceitos sobre temas considerados relevantes para o embasamento teórico desta pesquisa. Os tópicos explanados são: a gestão democrática; o financiamento da educação básica; os recursos financeiros e a lei de diretrizes e bases da educação; distribuição, utilização e prestação de contas das verbas utilizadas em escolas da rede pública municipal da cidade de São Sebastião do Cai.

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é de suma importância porque implica visualizar a perspectiva social, no qual os sujeitos possam “participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução”, salienta (CÓSSIO, 2006, p. 31).

Tem-se por pressuposto que a gestão é a atividade pela qual são “mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo aspectos gerenciais e técnicos administrativos” (LIBÂNEO, 2005, p.318).

Como descreve Lück (2000) em seu texto “Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores”, é de conhecimento geral que vivenciamos uma série de mudanças que vão desde o acesso às novas tecnologias até o modo como nos relacionamos com as pessoas. Para a autora, a mudança mais significativa, no entanto, está na maneira como vemos essa nova realidade, participamos dela e estabelecemos sua construção.

Segundo a autora, as transformações na dinâmica social reduzem o espaço do individualismo, autoritarismo, a centralização de poder e o imobilismo, pois essas ações levam as instituições, sejam elas quais forem ao fracasso e a estagnação. O mundo atual pauta-se, muito mais, por interação, parcerias, redes, alianças e cooperação na provisão de melhores resultados na prestação de serviços à sociedade (LÜCK, 2000).

Os principais instrumentos promotores desse modelo de gestão são, sobretudo: a criação dos conselhos escolares, associações de pais e mestres e de grêmios estudantis, a elaboração de um projeto político pedagógico em âmbito interno com participação efetiva dos membros da comunidade escolar, e, como já citado, a escolha direta dos diretores (LIMA, 2011).

Entretanto, para Machado (2000, p. 6), a autonomia e a descentralização exigem a ação diferenciada dos gestores educacionais, a nível de sistema e de escola, visto que o enfoque da educação deixa de ser o processo e passa a contemplar o resultado. Não mais existe um processo único, mas sim flexibilidade na execução que, de fato, possa atender as demandas dos alunos de uma determinada escola: “cada um encontra seu caminho na busca da qualidade do ensino”. Não existe uma receita pronta, mas modelos exitosos. O importante é o objetivo almejado e o resultado a se alcançar.

2.1.1 A administração escolar ou gestão escolar

Conceitua-se a administração escolar ou gestão escolar, a prática educativa, no que se abrangem atividades que garantem um sentido histórico do que se faz. (WITTMAN;FRANCO, 1998).

De acordo com Chiavenato (2000), a administração é o gerenciamento de forma coerente das atividades de um estabelecimento com fins lucrativos ou não. Sem o ato de administrar as organizações não se manteriam. A concepção de administração é vista de uma forma centralizadora e autoritária a quem detém o poder, em um vínculo hierarquizado. Algumas das características de um administrador são a objetividade, imparcialidade e previsibilidade. Muito parecido ao modelo taylorista/fordista onde se pressupõem que cada indivíduo envolvido tenha uma função específica e um lugar determinado para que o processo possa ocorrer em consonância.

Segundo Ferreira (2004), a administração da escola surge como uma das novas formas de organização, e necessita da participação de todos.

Segundo Lück (2006) a administração é classificada como sistemático, constante e imutável. As soluções são baseadas na objetividade condicionando uma visão realista e imparcial sem deixar que aspectos de fora interfiram. A função do

administrador é conservar-se neutro e afastado dos sistemas de produção, como uma maneira de visualizar a situação de fora e desempenhar sua liderança e atingir bons rendimentos. Já a concepção de Gestão, ao contrário da administração, é dinâmica e está em constante mudança.

[...] a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. Ou seja, a escola, entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício stricto sensu. Isto tem impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas (DOURADO, 2007, p.924).

A educação exige participação da comunidade, no contexto escolar, para que o trabalho educacional seja efetivamente organizado, já que não basta ao estabelecimento de ensino apenas preparar o aluno para níveis de ensino mais elevados, uma vez que ele precisa aprender a compreender a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania, sendo o ambiente escolar o lugar propício para essa iniciação de experiência. Para que todas essas mudanças sejam adequadas ao contexto escolar, é fundamental um esforço especial de gestão, ou seja, de organização da escola (LIBÂNEO, 2004). É o que a escola busca para alcançar os objetivos propostos, e que, além de uma educação de qualidade, procura formar um cidadão consciente e crítico acerca dos problemas e desafios da sociedade atual.

2.1.2 Gestão democrática e participativa

A compreensão da atual política social no Brasil nos remete a curiosa questão sobre a realidade Democrática em que pese as várias modalidades de gestão administrativas que evoluíram ao longo dos anos e em síntese a cerca das muitas obras literárias que povoam o emaranhado de estudos a respeito do assunto, podemos nos ater a certa unanimidade em que as gestões sociais são uma evolução e uma conquista muito festejada entre as populações mais desfavorecidas de renda e mais necessitadas em muitos quesitos, através dessa reflexão encontramos o que o autor TENÓRIO (1998), define a gestão democrática como

sendo o conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política.

De acordo com Coelho:

Dessa forma, em sua noção mínima, a Democracia é a forma de governo na qual o número mais amplo possível de indivíduos adultos da coletividade (os cidadãos) participa livremente na tomada de decisões coletivas por meio de procedimentos preestabelecidos como a regra da maioria. (COELHO, 2004, p.96).

Embora não haja uma única maneira de implantar um sistema de gestão participativa, é possível identificar alguns princípios, valores e prioridades, na construção efetiva dessa gestão Libâneo afirma que:

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais. (LIBÂNEO, 2004, p.79).

A participação, portanto, demanda preparação, que envolve a capacidade de tomar decisões de forma compartilhada e comprometimento com a implementação das decisões tomadas (Lück, 2007a). Em vista disso, cabe, pois, ao diretor, promover na escola o ambiente propício para a orientação dessa participação. Para tanto, dentre outros cuidados, compete-lhe:

- a) Criar na escola uma visão de conjunto, que estabelece o sentido de unidade e orienta o sentido de cooperação e ação articulada.
- b) Promover clima de confiança e reciprocidade na construção de um ambiente colaborativo.
- c) Promover a integração de esforços, a articulação de áreas de atuação, a quebra de aresta e o enfraquecimento de atritos, dissensos e diferenças.
- d) Criar cultura de valorização das capacidades, realizações e competências das pessoas pela celebração dos seus resultados, como um valor coletivo da escola e da educação.
- e) Desenvolver a prática das decisões colegiadas e compartilhamento de responsabilidades.

Gadotti (1997), afirma que a autonomia se refere à criação de novas relações sociais, que se opõem às relações autoritárias existentes.

2.1.3 Projeto político pedagógico (PPP)

Para Veiga (2002), o PPP é um veículo de engajamento coletivo na integração das ações dispersas, criação de sinergias que busquem soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, e por meio do desenvolvimento do “sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns”, para a definição do norte das ações a serem desencadeadas e fortalecer a construção de uma coerência comum, indispensável para que a ação coletiva produza seus efeitos.

A construção do PPP na perspectiva da gestão democrática fundamenta-se nos mesmos princípios que norteiam a escola pública e democrática. Gimeno Sacristan (2001), ao discutir a escola pública como um projeto da modernidade, destaca seus objetivos e suas finalidades em quatro grandes grupos:

- a) a fundamentação da democracia
- b) o estímulo ao desenvolvimento da personalidade do sujeito
- c) a difusão e o incremento do conhecimento e da cultura em geral
- d) a inserção dos sujeitos no mundo e) a custódia dos mais jovens, suprimindo nessa missão a família.

Para o autor, essas quatro grandes dimensões se relacionam e se condicionam mutuamente, evidenciando aquilo que historicamente culminou nas finalidades da escola pública.

Gadotti (2000), ao discutir o PPP também aponta como princípios centrais para a gestão democrática da escola: autonomia e participação. Segundo o autor, esses princípios garantem que o PPP não se torne apenas uma “carta de intenções”, ou apenas um plano orientado por metas e estratégias. Ao ressaltar esses dois princípios, o autor afirma que “a autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência do seu Projeto Político-Pedagógico”.

2.2 FINANCIAMENTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

2.2.1 Aspectos gerais do financiamento

A educação, como um bem semi público, pode ser produzido tanto no setor privado quanto pelo governo. Embora exista a possibilidade da oferta educacional ser promovida pelas empresas privadas, a possibilidade de impor um preço alto impediria o acesso de pessoas a este bem, principalmente nos países de baixa renda. Diante de inúmeras externalidades positivas que a educação pode promover na sociedade, sua produção pelo governo com caráter gratuito ou subsidiado se torna extremamente necessária (REZENDE, 2001).

As despesas com educação pelo governo, em geral, são financiadas com recursos orçamentários ou extra orçamentário. Qualquer que seja a fonte, ela pode ser vinculada ou não, no primeiro caso, a existência do vínculo obriga o Estado ou Município a utilizá-la de forma exclusiva como determinada pela lei, caso não haja vinculação, o governo pode dispor dos recursos de forma livre. (SOUZA, 1979).

Ao analisar a forma de financiamento da educação brasileira, é verificar como os gastos do governo estão sendo realizados, buscando apreender se os princípios de igualdade e qualidade educacionais estão sendo formados na sociedade brasileira.

2.2.2 PDDE – programa dinheiro direto na escola

Segundo o portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), (BRASIL, 2017), o PDDE foi criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

Diante da resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, os repasses dos recursos dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício às EEx, UEx e EM que cumprirem as exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos.

O programa engloba várias ações que possuem finalidades e públicos-alvo específicos, embora a transferência e gestão dos recursos sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE.

As ações agregadas estão agrupadas em três tipos de contas da seguinte forma:

- a) PDDE Integral - Mais Educação; Novo Mais Educação;
- b) PDDE Estrutura - Escola Acessível; Água na Escola; Escola do Campo; Escolas Sustentáveis
- c) PDDE Qualidade - Ensino Médio Inovador; Atleta na Escola; Mais Cultura na Escola; Mais Alfabetização;

Conforme a descrição do site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), (BRASIL, 2017), o PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Diante do portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), (BRASIL, 2017), ainda descreve como as escolas podem ter o acesso a este benefício, destacando que os alunos da rede pública e privada de educação especial precisam estar inscritos no Censo Escolar do ano anterior e a lista de alunos dos polos da UAB deve ser informada ao FNDE pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). As escolas públicas com mais de 50 alunos matriculados devem criar suas UEx e aderir ao programa por meio do Sistema PDDE web (<https://www.fnde.gov.br/pdde>) até o último dia útil de outubro.

Já as entidades mantenedoras (EM) devem encaminhar ao FNDE, para a Coordenação de Habilitação e Empenho de Projetos Educacionais (COHEP), até o último dia útil de outubro, os seguintes documentos:

- a) Cadastro do órgão /entidade e do dirigente;
- b) Certidão conjunta positiva de débitos com efeito de negativa relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certificado de regularidade de situação - CRS, referente ao FGTS;
- d) Cláusula do estatuto da entidade com previsão de atendimento permanente, direto e gratuito aos portadores de necessidades especiais, conforme autorização do Art. 22 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009;
- e) Cópia da ata de eleição e posse da diretoria da entidade;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade do dirigente da entidade;
- g) Cópia do estatuto da entidade;
- h) Declaração de funcionamento emitida por três autoridades locais com fé pública;
- i) Extrato do cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - CADIN; e
- j) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

As UEx, EEx e EM precisam, ainda, estar adimplentes com a prestação de contas de exercícios anteriores. Atendidos os requisitos acima, a assistência financeira ao público-alvo do programa é concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres.

O site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), (BRASIL, 2017), destaca ainda que os órgãos gestores e as áreas gestoras possuem um regime de parceria para a descentralização de recursos às escolas envolve tanto as secretarias do MEC na implementação de suas atividades e projetos, quanto os governos estaduais, distrital e municipal e, ainda, as entidades mantenedoras das escolas de educação especial.

Assim se destacam:

- a) a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) – unidade gestora das ações agregadas Novo Mais Educação, Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador, Mais Cultura nas Escolas e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola);
- b) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) – unidade gestora das ações agregadas Água na Escola, Escola Sustentável, Escola do Campo e Escola Acessível;
- c) a Capes – unidade gestora dos polos presenciais da UAB;

- d) as secretarias estaduais e distrital de educação e as prefeituras municípios (EEx) –entidades que executam os recursos do PDDE destinados às escolas com até 50 alunos matriculados.

Verifica-se no site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), (BRASIL, 2017), que a atuação na área responsável pelo portal no tocante ao PDDE e ações agregadas é a Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE), por intermédio da Coordenação do Dinheiro Direto na Escola (CODDE).

Publicado no site Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), (BRASIL, 2017), que a legislação do PDDE é regida pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e por resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujas principais são as seguintes:

- a) Resolução nº 9/2011, que estabelece os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, com os repasses efetuados à custa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas Unidades Executoras Próprias (UEX) e entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público que ministram educação especial, denominadas de Entidades Mantenedoras (EM), de que trata o inciso I, § 2º, do art. 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
- b) Resolução nº 10/2013, que dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009;
- c) Resolução nº 15/2014, que dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas.
- d) Resolução nº 8/2016, que altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências;
- e) Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, que altera dispositivos da Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, entre eles, fixa datas limites para repasses dos recursos e estabelece a exigência de atualização cadastral no PDDE web como condição para ser beneficiário do programa.

2.3 POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO

Neste capítulo, pretende-se esclarecer conceitualmente o termo da descentralização, examinando suas possíveis formas e manifestações, como esforço teórico para substanciar a análise do (Programa de Transferência de Recursos Financeiros) PTRF.

Para tanto, será feito um exame das formas com que a descentralização tem ocorrido na educação. No bojo da discussão, será observada a questão da descentralização de recursos financeiros e suas possibilidades no Brasil.

2.3.1 O conceito de descentralização

Ao conceito de descentralização podem ser feitas algumas distinções, às vezes de caráter específico das ciências jurídicas, outras, de uso mais comum.

A descentralização administrativa e a política, por exemplo, além de suas naturezas diferentes, observa-se que a primeira está relacionada à execução das diretrizes do Estado, à forma organizativa e derivada dos poderes administrativos do aparelho estatal, enquanto que a segunda relaciona-se à elaboração de decisão política do Estado e ao direito autônomo que incide na garantia de autonomia e poderes a espaços não centralizados, assim podendo se opor à instituição central (ROVERSI, 1992).

Para Casassus:

A descentralização não é um fim em si mesma: a descentralização (ou centralização) é uma política para alcançar certos fins. Em si, ela não é boa nem má, não é progressista ou conservadora. É uma política que pode ser boa ou má, progressista ou conservadora, dependendo de quem a utilize e se contribui ou não para resolver os problemas. (CASASSUS, 1995, p. 39).

Para Cretella Junior, no que diz respeito ao direito administrativo, desconcentração é “a irradiação de poderes da mão de *um* para a de muitos”, e descentralização, “a transferência de atribuições em maior ou menor número dos órgãos centrais para os órgãos locais ou para pessoas físicas ou jurídicas” (CRETELLA JUNIOR, 1973, p. 89). O autor afirma que não há confusão entre ambos os termos, pois a descentralização “é vocabulário eminentemente técnico”.

Para a abordagem da temática da descentralização de recursos financeiros, é interessante observar o que Cretella Junior (1973) chama de “descentralização por colaboração”, tipologia que se refere à transferência de atribuições do Estado para pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado. Isso ocorre por meio de delegação, de concessão ou por autarquias.

Roversi (1992) traz também distinções tipológicas da descentralização, como a autárquica, que consiste na existência de instituições autônomas dentro da estrutura administrativa estatal, e a de serviços, fundamentada na divisão em entidades com personalidade jurídica autônoma por setor de atividades homogêneas. Tais tipos de descentralização estão ligados à ideia de descentralização administrativa, mas não em perspectiva vertical, mas sim horizontal das funções.

Casassus (1995) aponta cinco “promessas” das políticas de descentralização: maior possibilidade de participação, conseqüentemente maior democratização; maior eficiência derivada da ampliação do controle social; mais recursos com a participação da sociedade civil, atraindo recursos do setor privado; desburocratização e aumento da eficiência dos recursos por conta do maior controle social; e maior qualidade na educação pela aproximação da comunidade e atenção às necessidades locais.

Como se pode observar, a discussão sobre a descentralização nas políticas educacionais tem estado em questão em seus diferentes aspectos.

2.3.2 Autonomia escolar

Olhando para o sentido etimológico da palavra autonomia desde logo projetamos a ideia de capacidade e possibilidade das pessoas e das organizações darem a si mesmas as próprias normas de ação (ALVES, 1999).

Em oposição à concepção taylorista, ou de administração científica, somado ao modo de produção fordista, que se fundamenta na divisão entre a concepção e a execução na produção, surgem os movimentos autônomos e/ou pela ampliação de participação de trabalhadores nas empresas. Inicialmente como negociações coletivas entre patrões e trabalhadores, mediadas por diretorias de sindicatos ou associações. Nesse contexto de conflito, outras formas aparecem, como a cogestão,

em que os trabalhadores passam a influir nas tomadas de decisões no processo de produção, e a autogestão (a partir do final do século XIX), que consiste na auto-administração pelos trabalhadores, estes detendo o poder de decidir. A primeira experiência de gestão de empresa, intitulada como autogestão ocorre na Iugoslávia, a partir de 1951. Anos mais tarde, passa a ocupar questões na academia e no sindicato (MARTINS, 2002).

O termo autogestão não está mais substantivamente presente nas diretrizes das políticas educacionais, podendo-se até dizer que sumiram do horizonte destas.

No debate da área educacional, o conceito de autonomia vem sofrendo um processo de sacralização e, ao que tudo indica, encontra-se reduzido à redefinição de procedimentos administrativos e financeiros da rede de escolas, com significativa ampliação de encargos e responsabilidades para elas. (MARTINS, 2002, p. 48).

O autor considera também que, independentemente da *autonomia decretada*, as escolas no seu cotidiano “desenvolvem (e sempre desenvolveram) formas autônomas de tomada de decisão, em diferentes domínios, que consubstanciam aquilo que pode ser designado por *autonomia construída*.” (BARROSO, 1996, p. 185).

Só decidindo se aprende a decidir e só pela decisão se alcança a autonomia (Freire, 1996).

2.3.3 A descentralização de recursos financeiros

Voltando-se o olhar para como a questão da descentralização de recursos financeiros para as escolas tem se apresentado no Brasil, no que tange à autonomia de gestão financeira das escolas, Polo (2001) destaca que a formulação apresentada na LDB/96, no artigo 15, tem por finalidade garantir que a escola, sendo reconhecida como instituição fundamental da educação, não seja sempre dependente das administrações dos sistemas de ensino e seus processos muito lentos. Entretanto, essa autonomia não tem o intuito de estabelecer total independência das escolas.

Com isso, o autor entende que a autonomia de gestão financeira deve estar atrelada ao princípio da gestão democrática presente na CF/88 e na LDB/96:

Assim, é esse princípio democrático que deve ser o orientador maior das diversas formas que a autonomia financeira pode vir a tomar nas diferentes escolas e diferentes municípios. Desse princípio não se pode fugir, e é dele

que deve vir a inspiração para tornar todos os atos relacionados com o planejamento e o uso dos recursos financeiros em atos de aprendizagem e de exercício da cidadania. (POLO, 2001, p. 283).

Algumas formas de descentralização de recursos financeiros para as escolas foram implementadas no Brasil. Uma delas é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), iniciativa do governo federal com recursos oriundos do Salário-Educação, com o objetivo de repassar recursos para as escolas, de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental, havendo distinção pela região onde se localizam as escolas, como forma de discriminação positiva. O valor destinado às escolas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é superior ao das regiões Sul e Sudeste e do Distrito Federal. Os recursos podiam, inicialmente, ser utilizados apenas para custeio das despesas escolares. Vale ressaltar que vários estados e municípios criaram seus próprios programas influenciados por esse modelo de descentralização de recursos financeiros.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo trata da metodologia que foi utilizada para alcançar os objetivos do presente trabalho. Para Minayo (1996), metodologia é o estudo dos caminhos do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Para Roesch (2010, p. 125), “o capítulo da metodologia descreve como o projeto será realizado”.

Cervo e Bervian (2002) descrevem o sentido geral, que o método é uma ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado que se deseja.

De encontro com essas colocações, Andrade (2001, p. 1219) define que “metodologia é um conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Malhotra (2001) segue a mesma descrição, observando que a metodologia de pesquisa tem a função de mostrar o caminho da pesquisa, apontando detalhes das etapas do processo. A tomada de decisão será através do método de pesquisa.

3.1 MÉTODOS QUALITATIVOS

A metodologia qualitativa se atenta em analisar e interpretar aspectos com maior profundidade. Para tanto, relata a complexidade do comportamento humano, fornecendo uma análise mais especificada sobre as investigações, os hábitos, as atitudes, as tendências de comportamento, entre outros. (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Sordi (2013, p. 100) consolida que “a pesquisa qualitativa emprega técnicas interpretativas para análise e compreensão de fenômenos, de natureza subjetiva”.

Através da pesquisa qualitativa, analisa-se o exame da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o caso estudado, não se limita à contabilização ou à descrição, mas procura a essência do caso ou teoria. Pode-se destacar como principais marcas: profundidade, plenitude e produção de conhecimento de forma verticalizada, procurando a essência do estudo. (BONAT, 2009).

3.1.1 Entrevistas individuais em profundidade

Sob o ponto de vista de Fontana e Frey (1994, p. 361), "Entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana".

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Demo (2001), sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também são resultados de interpretação e de reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas. Possibilita ainda identificar problemas, micro interações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.

O autor Berger (1998) nos lembra que é um desafio adicional, pois pode ser muito difícil lidar com a enorme quantidade de material que as entrevistas em profundidade geram. Por isso, o pesquisador terá um melhor desempenho se começar a escrever e a sistematizar os resultados assim que houver informações mínimas para fazê-lo, digamos, apurado um quarto das entrevistas previstas. Isto permite ganhar tempo e ajuda no encaminhamento da pesquisa e no surgimento de ideias, detalhes, questões que possam ser úteis na entrevista.

3.2 MÉTODOS QUANTITATIVOS

A pesquisa quantitativa afere o que pretende ser mensurado, medido e contado. Desse modo, tem um alto teor descritivo, distancia a análise de questões pessoais, portanto, é bastante favorecida pelo positivismo. Citam-se alguns exemplos como: número de colaboradores na organização, número de prestadores de serviços, número de ações trabalhistas e valores das indenizações. (BONAT, 2009).

Em razão disso, segundo Sordi (2013, p. 100), a pesquisa quantitativa está associada ao emprego de técnicas estatísticas que auxiliam na análise de relacionamentos entre variáveis.

3.2.1 Métodos de pesquisa *survey*

A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento, normalmente um questionário. (TANUR apud PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993). Como principais características do método de pesquisa *survey* são possíveis citar: o interesse é produzir descrições quantitativas de uma população; e faz uso de um instrumento pré-definido.

A medição é formada por três elementos: a medida verdadeira, o erro amostral e o erro não amostral ou sistemático. Os erros amostrais ocorrem em função do tamanho e processo de seleção da amostra, enquanto que os erros não amostrais são aqueles que ocorrem durante a realização da pesquisa e não são classificados como erros amostrais, por exemplo, não respostas, entrevistadores não treinados ou desonestos, etc. (MATTAR, 1994).

Fink (1995) aborda de forma utilitária a elaboração dos relatórios e comunicações inerentes à pesquisa realizada, um tema que os pesquisadores desprezam ou “relaxam”, uma vez que estão preocupados e envolvidos com o processo, e normalmente desgastados pelo fato de ter de se preocupar, conduzir e gerenciar cada etapa, quais sejam. Desde a apresentação de cada um dos dados, até suas implicações estratégicas ou gerenciais, tudo deve ser ainda preocupação do analista ou pesquisador.

3.3 TIPOS DE PESQUISA

“A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos.”. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 63).

Segundo Las Casas (2010), a pesquisa é uma maneira formal de se obter dados. É utilizada na aquisição de dados que o sistema de informações não contém.

O autor explica que uma pesquisa parte da dúvida e do problema que o método científico busca para obter a solução.

De acordo com Roesch (2010) no tipo de pesquisa, a tendência seria utilizar o enfoque da quantitativa na avaliação de resultados e o enfoque da qualitativa na avaliação formativa.

Serão utilizadas duas formas de pesquisa neste trabalho: a exploratória e a descritiva.

3.3.1 Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória realiza descrições precisas, exatas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma. (CERVO; BERVIAN, 2002). Esse tipo de pesquisa é recomendado quando há pouco conhecimento sobre o problema que se pretende estudar.

Para Roesch (2010, p. 156), “O estudo de caso como uma estratégia de pesquisa pode ser utilizado de modo exploratório (visando levantar questões e hipóteses para futuros estudos, por meio de dados qualitativos)”.

3.3.2 Pesquisa descritiva

De acordo com Roesch (2010), a pesquisa descritiva tem como objetivo buscar associações com variáveis, em sua maioria de caráter quantitativo.

Andrade (2001, p. 124) aponta que em pesquisas do tipo descritivas “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

Gil (2002) explica que as pesquisas descritivas possuem o objetivo de descrever as características de populações e fenômenos. Em sua maioria é composta por estudos de campo e de levantamentos.

Os autores Cervo e Bervian (2002) ratificam as colocações dos autores acima, toda pesquisa deve ser bem projetada se o pretendido é obter resultados úteis e confiáveis, principalmente na pesquisa descritiva.

A diferença entre pesquisa exploratória e descritiva é que a descritiva procura entender profundamente o problema, e conforme Mattar (2001) é fundamental saber o que se pretende através da pesquisa.

3.4 DEFINIÇÕES DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para Roesch (2010, p. 128), “se o projeto se refere a uma pesquisa de mercado sobre algum aspecto do ambiente, deve ser apresentada uma descrição da população-alvo potencial”.

Consoante Lakatos e Marconi (2011) a população são seres animados ou inanimados que possuem pelo menos uma característica em comum.

“A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.”. (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 165).

No trabalho em questão, a população analisada serão as Gestoras das Escolas Municipais do Município de São Sebastião do Caí, onde as mesmas irão responder a um questionário quantitativo elaborado pela autora, para que com esse estudo possa ser percebido como as gestoras estão definindo a distribuição das verbas disponibilizadas pelo governo e os demais recursos arrecadados nas escolas pela comunidade.

Amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Não há nenhuma chance conhecida de que um elemento qualquer da população venha a fazer parte da amostra. (MATTAR, 2001).

A característica principal das técnicas de amostragem não probabilística é a de que, não fazendo uso de formas aleatórias e seleção, torna-se impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra. Dito de outro modo, não podem ser objetos de certos tipos de tratamentos estatísticos. (LAKATOS; MARCONI, 2002).

De acordo com Malhotra (2001), a amostragem não probabilística confia no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance de selecionar os elementos amostrais. O pesquisador pode, arbitrariamente ou conscientemente, decidir quais serão os elementos a serem incluídos na amostra. As amostras não probabilísticas podem oferecer boas estimativas das características da população, mas não permitem uma

avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais. Como não há maneira de determinar a probabilidade de escolha de qualquer elemento em particular para inclusão na amostra, as estimativas obtidas não são estatisticamente projetáveis para a população.

A pesquisa qualitativa será elaborada por meio de um questionário, onde o Secretário da Educação da cidade de São Sebastião do Caí irá responder, com base neste questionário, será feita uma análise como é dividida as verbas financeiras do município para as suas escolas, este questionário possibilitara o desenvolvimento do trabalho.

3.5 PROCESSOS DE COLETA DE DADOS

Para coletar os dados, é necessário produzir um plano que apresente, em detalhes os pontos de pesquisa e os parâmetros para a seleção do entrevistado. Este esquema é importante para facilitar o desenvolvimento da pesquisa, tal como, assegurar uma ordem lógica na execução das atividades. Posteriormente, os dados coletados serão elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. Após, então, será feita a discussão dos resultados com base na análise e na interpretação dos dados. (ANDRADE, 2001).

Prodanov e Freitas (2013) salientam que o leitor precisa ser comunicado a respeito de como o pesquisador irá alcançar os dados necessários para se ter resposta do possível problema, sem deixar de comparar os objetivos aos meios para atingilos, da mesma maneira que quando houver ajustes de uns aos outros.

3.5.1 Questionários

Barros (2007) explica que questionário é o instrumento mais usado para o levantamento de informações, pode possuir perguntas fechadas ou abertas e ainda combinação dos dois tipos, necessitando estar restrito a uma quantidade de questões, pode ser aplicado de duas formas: por contato direto ou por correio eletrônico.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas

possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

De forma idêntica, Marconi e Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado.

É o método mais usado em pesquisa qualitativa, principalmente em pesquisas de grande escala, como as que se propõem levantar a opinião política da população ou a preferência do consumidor.

Cunha (1982) aponta as vantagens e desvantagens do questionário:

- a) Vantagens: método rápido em termos de tempo; baixo custo; permite-se atingir uma grande população dispersa; dá maior grau de liberdade e tempo ao respondente; dá a possibilidade de serem menores as distorções; permite a obtenção de dados muitas vezes superficiais e os dados mais detalhados podem ser obtidos com as questões abertas.
- b) Desvantagens: dificulta o esclarecimento de dúvidas; nem sempre refletem os problemas dos usuários, a terminologia pode ser inadequada; o índice de resposta é quase sempre baixo; muitos questionários não são computados; difícil saber se a resposta foi espontânea e as respostas podem ser afetadas ou direcionadas.

3.5.2 Roteiro de questões

Segundo Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para obter informações sobre determinado assunto.

De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

As entrevistas podem ser classificadas em três tipos principais: entrevistas estruturadas ou padronizadas, não estruturadas ou despadronizadas, semiestruturada ou semipadronizadas. O tipo mais usual de entrevista é a semiestruturada, por meio de um roteiro de entrevista. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

As entrevistas estruturadas são aquelas nas quais as questões e a ordem em que elas comparecem são exatamente as mesmas para todos os respondentes. Todas as questões devem ser comparáveis de forma que, quando aparecem variações entre as respostas, elas devem ser atribuídas a diferenças reais entre os respondentes. Geralmente abrangem um número maior de entrevistados para que a própria padronização das perguntas auxilie na tabulação das respostas. (MARCONI; LAKATOS, 1996).

As entrevistas não estruturadas são radicalmente opostas às entrevistas estruturadas. O entrevistador não possui um conjunto especificado de questões e nem as questões são perguntadas numa ordem específica. O entrevistador possui grande liberdade de ação e pode incursionar por vários assuntos e testar várias hipóteses durante o curso da entrevista. A principal desvantagem das entrevistas não padronizadas é sua incapacidade de permitir comparações diretas entre os entrevistados. (GIL, 1999).

As entrevistas semiestruturadas podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistado. Geralmente, as entrevistas semiestruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188), apoiadas no quadro teórico, nos objetivos e nas hipóteses da pesquisa. Durante a realização da entrevista é importante seguir algumas recomendações, tais como fazer boas perguntas e interpretar as respostas; ser um bom ouvinte, não deixando se enganar por ideologias e preconceitos, no sentido de buscar a “objetivação” (LAVILLE; DIONNE, 1999).

3.5.3 Observação

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para ele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para esses autores, a observação é vital para o estudo da realidade e de suas leis. Sem ela, o estudo seria reduzido “[...] à simples conjectura e simples adivinhação”.

Como a maioria das técnicas de pesquisa, a observação sempre deve ser utilizada juntamente com outra técnica de pesquisa, pois, do ponto de vista científico, essa técnica possui vantagens e limitações que podem ser administradas com o uso concorrente de outras técnicas de pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 1996).

A observação é um método pelo qual o pesquisador capta a realidade que se pretende analisar.

Para Richardson (1999) a observação apresenta muitas variações em face de sua flexibilidade, pois seu objeto de estudo, bem como o objetivo da pesquisa que a utiliza, determina seu tipo e metodologia. O autor afirma que, por exemplo, as reações de agressividade ou outras reações extremadas podem não ser observadas no decorrer da pesquisa. Alerta que são necessários por parte do entrevistador: cuidados, atenção, humildade, honestidade intelectual e rigor metodológico.

3.6 PROCESSOS DE ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente pode-se dizer que a análise de dados é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais. (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997).

De acordo com Teixeira (2003), a análise de dados é o processo de construção de significado além dos dados, e isso ocorre através da consolidação, da limitação e da interpretação do que as pessoas relataram e do que o pesquisador percebeu e identificou. Logo, a análise dos dados consiste em um processo complexo que envolve retorno entre os dados menos concretos e os abstratos.

Em relação à escolha do procedimento de análise de dados, Chizzotti (2006) analisa que a descodificação de um documento pode ser utilizada de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifrado. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador.

Nesse sentido, quando a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise mais adequado, como em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Dessa forma, a análise de conteúdo se vem mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no campo da administração no Brasil, especialmente nas pesquisas qualitativas. (DELLAGNELO; SILVA, 2005).

Dentre as comunicações, Bauer e Gaskell (2008) indicam que os materiais textuais escritos são os mais tradicionais na análise de conteúdo, podendo ser manipulados pelo pesquisador na busca por respostas às questões de pesquisa. Com abordagem semelhante, Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

Já de acordo com Malhotra (2001), o procedimento estatístico abrange a análise básica dos dados, consistindo em estatísticas descritivas associadas a dados métricos, incluindo distribuição de frequência, medidas de posição (média, mediana, moda), medidas de dispersão (amplitude intervalar, desvio padrão, variância e coeficiente de variação), e as medidas de forma (assimetria e curtose).

3.6.1 Pré-teste

Enumeram Lakatos e Marconi (2006) que no questionário há três elementos de suma importância que devem ser atentados no pré-teste: a fidedignidade, ou seja, obter sempre os mesmos resultados; a validade, ou seja, os dados obtidos são todos os necessários para a pesquisa; operatividade, ou seja, o vocabulário deve ser acessível a todos os públicos.

Conforme Cervo e Bervian (2002), o questionário é o instrumento mais utilizado para coletar dados, pois ele permite medir os dados com maior precisão. O pré-teste relaciona-se com a aplicação do questionário a uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de eliminar problemas potenciais. A forma mais adequada para efetuar os pré-testes é com entrevistas pessoais, mesmo que a pesquisa real seja realizada pelo correio, telefone ou *e-mail*, porque o pesquisador consegue observar as reações ou atitudes dos entrevistados. Essa análise serve para investigar a adequação do problema, dos dados e da análise necessários para a obtenção de informações mais precisas. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

“A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.”. (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 92).

Como base para a elaboração e aplicação da pesquisa qualitativa e quantitativa, será aplicado um pré-teste, desta forma será possível perceber e identificar os erros cometidos na elaboração de perguntas, e após o levantamento será realizado as devidas correções para não prejudicar o estudo e obtenção de dados desejados.

O pré-teste que será aplicado consiste em uma pesquisa qualitativa destinada ao Secretário da Educação do Município de São Sebastião do Caí, essa pesquisa foi elaborada com 14 questões.

A pesquisa quantitativa será realizada em sua totalidade com 13 gestores das Escolas Municipais de Ensino de São Sebastião do Caí - RS, dessa forma será possível realizar a análise desejada.

Não houve a necessidade de modificações, nem de acrescentar alguma questão em nem uma das pesquisas teste aplicadas.

4 DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos através da aplicação da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa, ou seja, instrumentos que foram utilizados para compreender os desafios financeiros de um gestor escolar, na rede pública Municipal, de ensino da cidade de São Sebastião do Caí - RS.

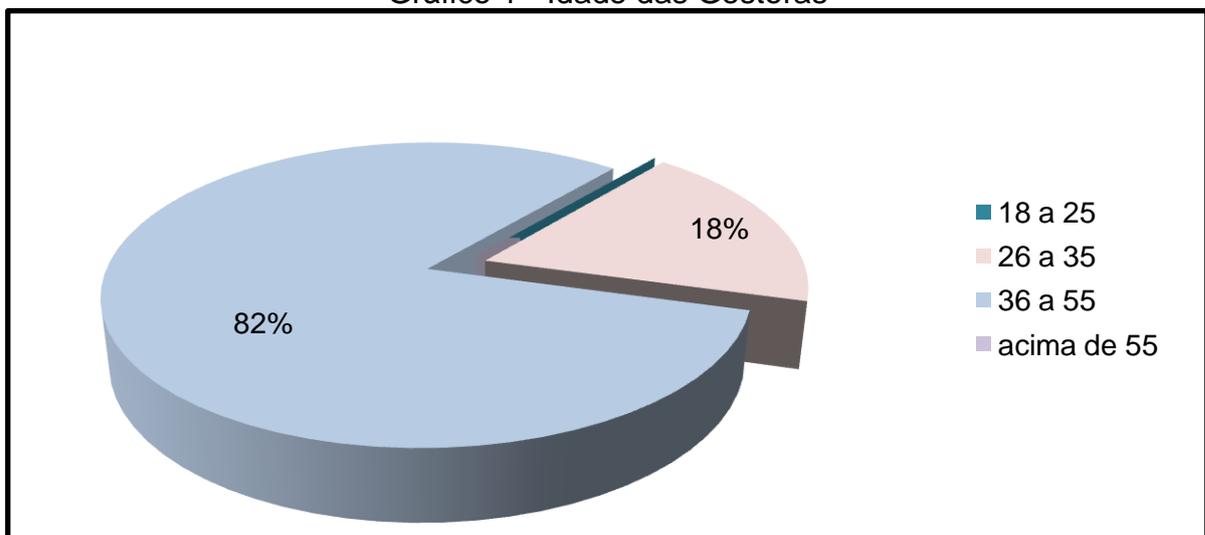
Iniciando pela pesquisa quantitativa, que foi aplicada, durante dois meses com gestores das escolas municipais do município de São Sebastião do Caí, a pesquisa foi composta por 20 perguntas e enviada por e-mail ou impresso e entregue pessoalmente, sendo a análise da amostragem de 13 gestores.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Neste item são abordadas as análises descritivas dos resultados obtidos com os questionários.

Após tabuladas as 20 questões, é possível analisar individualmente as perguntas e compreender o comportamento da amostra utilizada como base para este estudo.

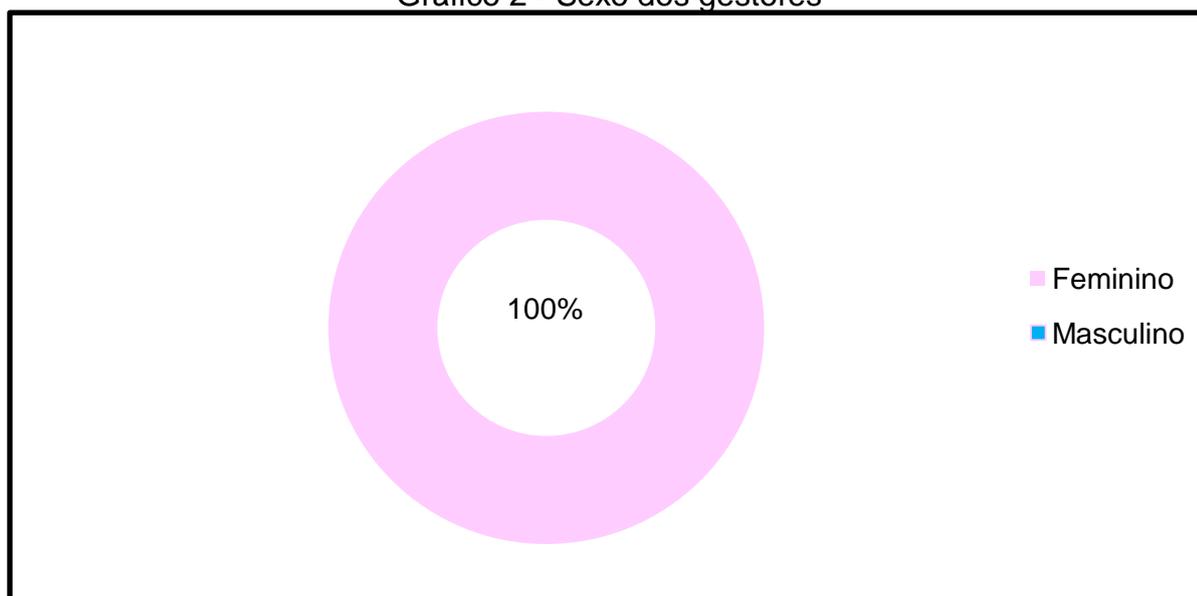
Gráfico 1 - Idade das Gestoras



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Conforme demonstra o Gráfico 1, dentre as 11 entrevistadas que responderam ao questionário, a maior parte está na faixa etária dos 36 aos 55 anos, respondendo por 82%, seguido da faixa dos 26 aos 35 anos que totaliza 18%, nas demais faixa etária não temos nem uma gestora que se enquadre.

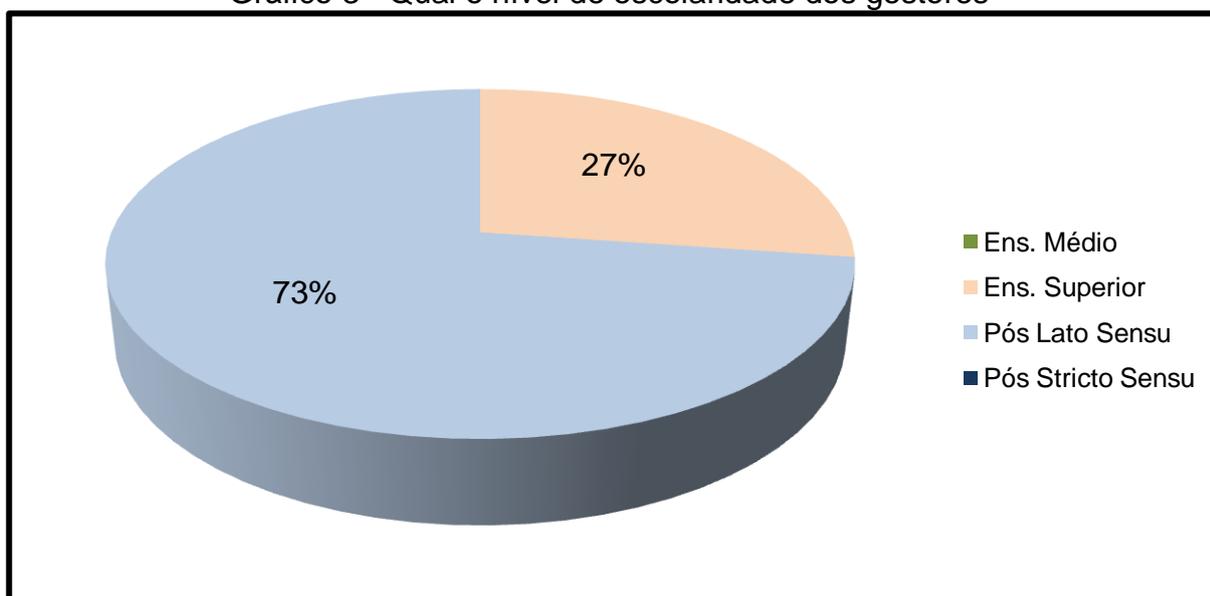
Gráfico 2 - Sexo dos gestores



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 2 podemos observar que 100% dos entrevistados são do sexo feminino, nesse caso observa-se que são nomeadas somente gestoras mulheres para serem diretoras nas escolas.

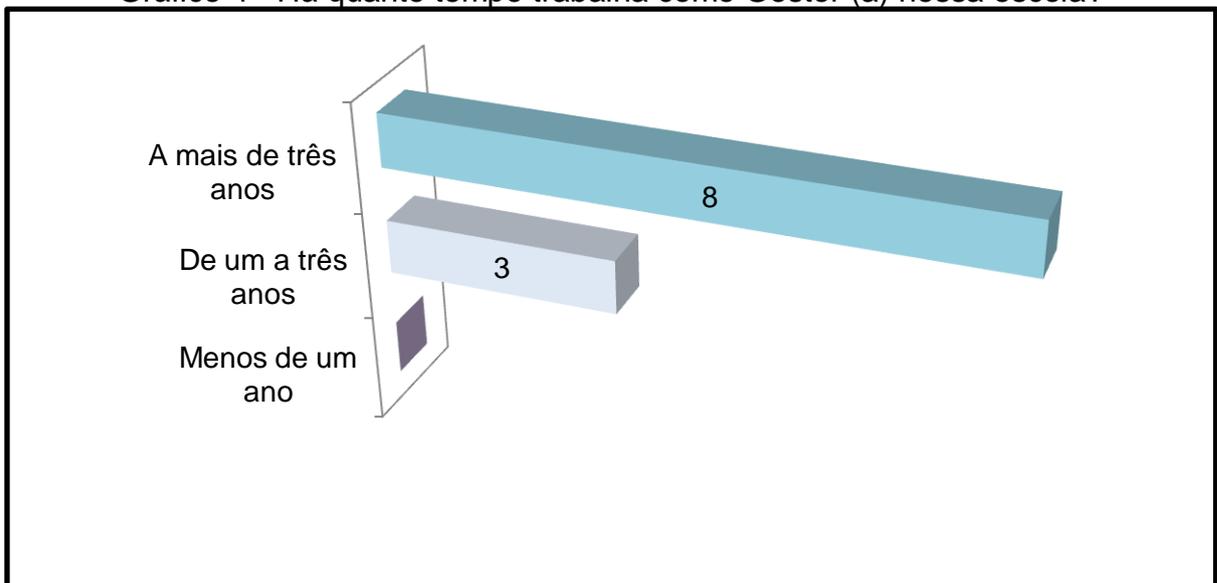
Gráfico 3 - Qual o nível de escolaridade dos gestores



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 3 nos mostra que no total de 11 gestoras 73% das gestoras possuem Pós Lato Sensu, 27% possuem Ensino Superior. Com esse gráfico percebe-se que a administração pública está em busca de profissionais mais capacitadas para gerir as escolas.

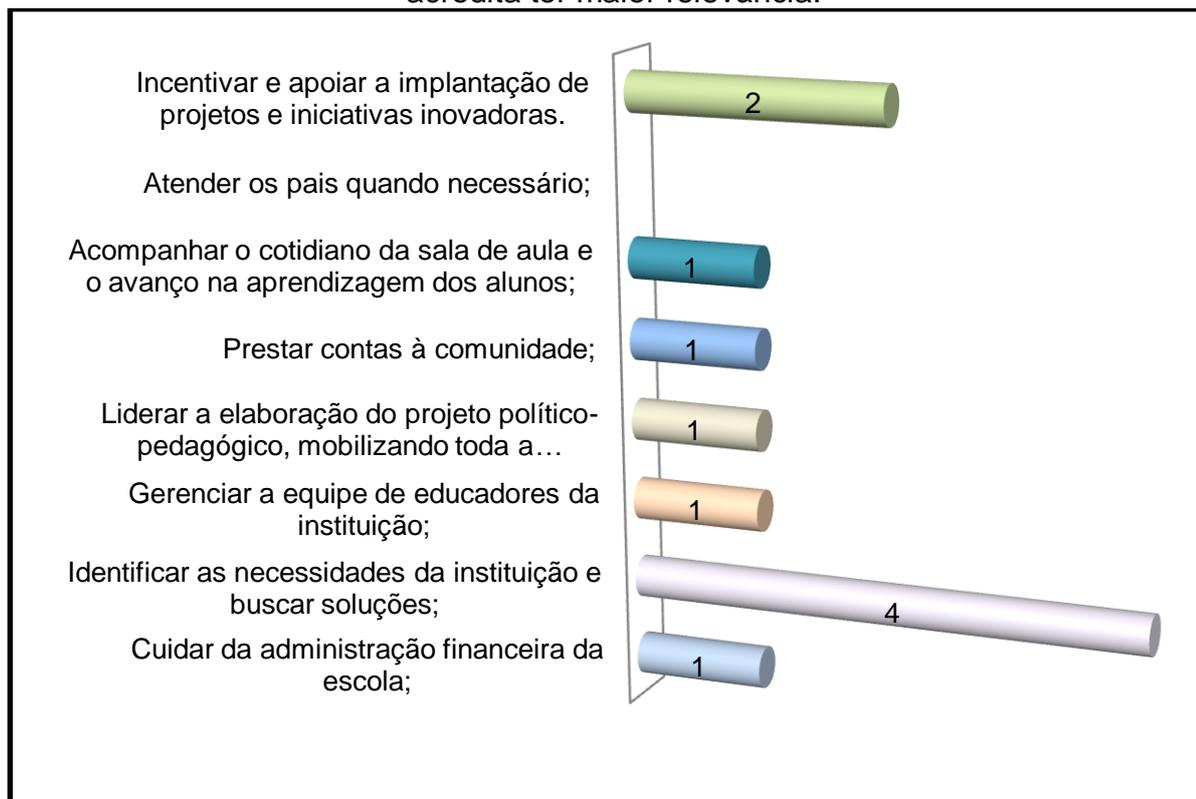
Gráfico 4 - Há quanto tempo trabalha como Gestor (a) nessa escola?



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação ao tempo de trabalho nas escolas o Gráfico 4 nos mostra que no total de 11 gestoras, 8 delas possuem mais de três anos atuando como gestora na mesma escola, 3 possuem de um a três anos como gestoras na escola. Então majoritariamente estão há mais de 3 anos atuando como gestoras, o que representa que a administração pública não fica trocando de gestoras nas escolas.

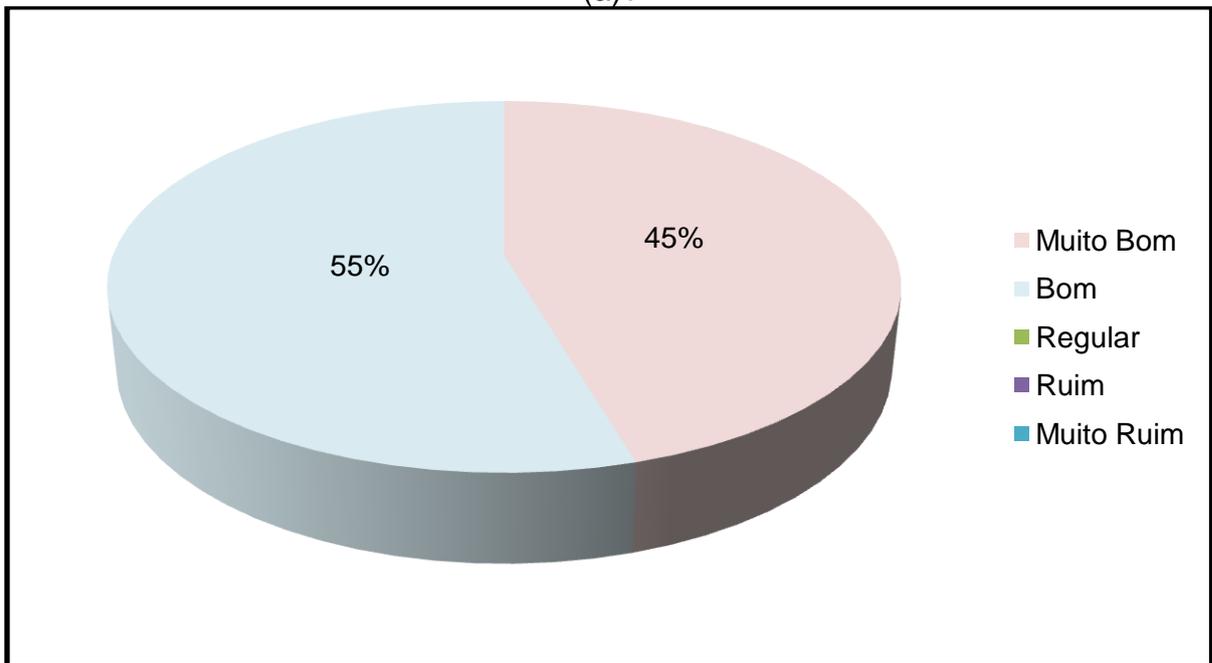
Gráfico 5 - Na sua concepção, enumere as funções do Gestor (a) escolar que você acredita ter maior relevância.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com relação às funções do gestor, ficou visivelmente claro que 4 das 11 entrevistadas declararam que “Identificar as necessidades da instituição” e “buscar soluções” é o mais relevante para elas, em segundo lugar de relevância ficou definido que “Incentivar e apoiar a implantação de projetos e iniciativas inovadoras”, e as demais sugestões ficaram em terceiro lugar e a função que os gestores acham que não tem relevância na classificação é atender os pais quando necessário.

Gráfico 6 - Como você avalia a Gestão Democrática na escola onde você é Gestor (a)?



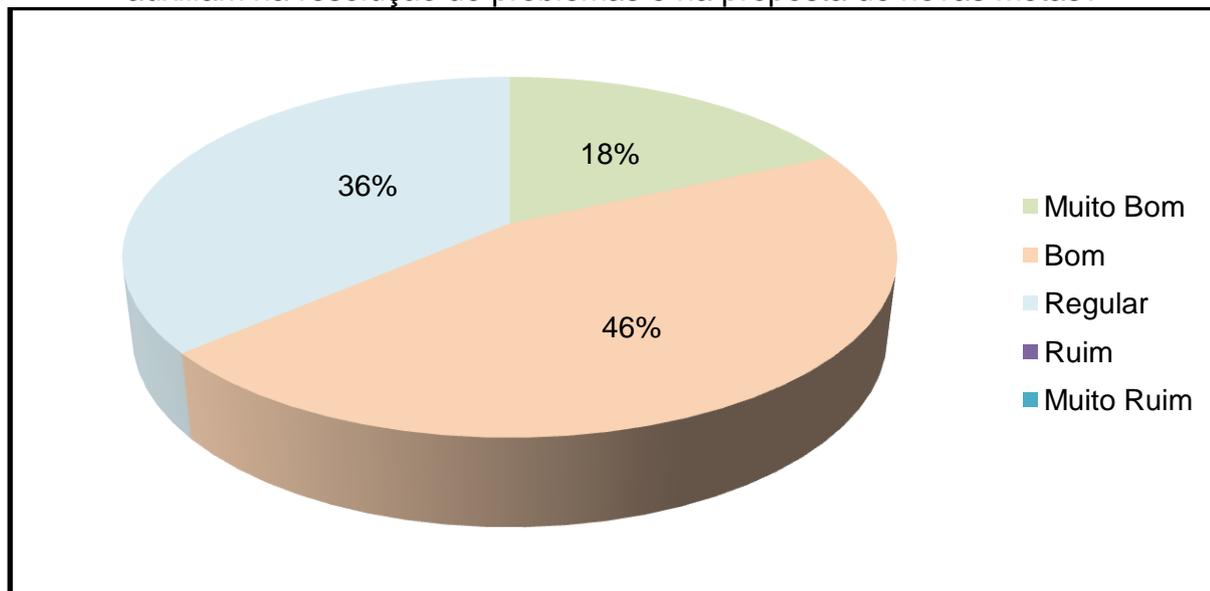
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Conforme apresentado no Gráfico 6, percebeu-se que em relação as gestoras serem democráticas na atuação da sua gestão 45% acham-se que a gestão é muito boa, já 55% acham a gestão em relação a ser democrática boa.

Neste caso as gestoras acreditam que são democráticas no seu mandato, pois nem uma colocou a opção regular, ruim ou ainda muito ruim.

Segundo Millôr Fernandes: “Democracia é quando eu mando em vocês. Autoritarismo é quando vocês querem mandar em mim”.

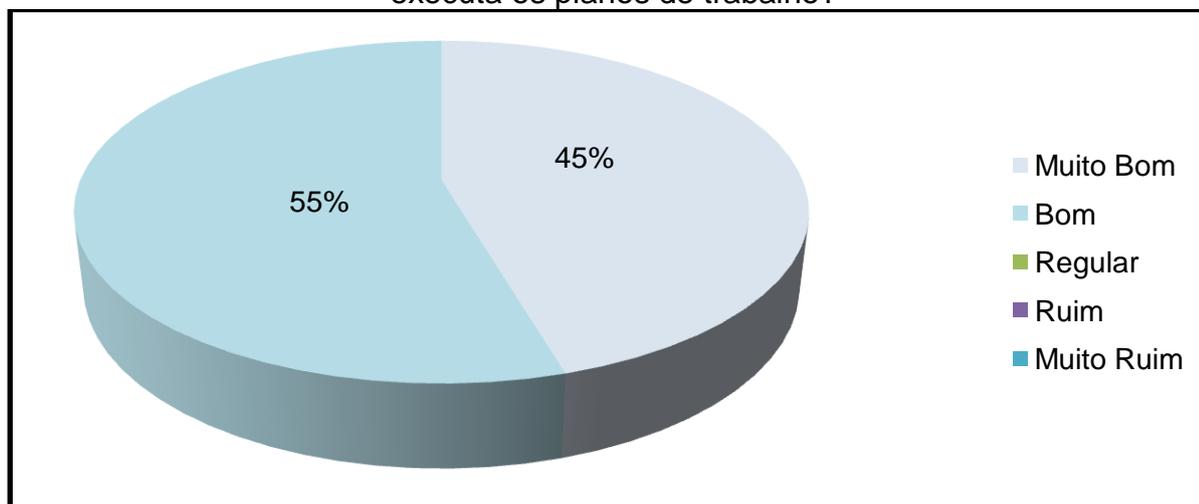
Gráfico 7 - Como você classifica o conselho escolar na sua escola, nos seguintes quesitos: da estruturação e dos integrantes do conselho, se estes colaboram e auxiliam na resolução de problemas e na proposta de novas metas?



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quando se analisa o Gráfico 7, nota-se que 46% das gestoras acreditam que o conselho escolar na sua escola é “Bom”, quando é analisado os seguintes quesitos: da estrutura e dos integrantes do conselho, colaborarem a dar o auxílio na resolução dos problemas e metas dentro da escola. Já 36 % das gestoras acredita que o conselho escolar é “Regular”, que não tem tanta ajuda assim nesses quesitos analisados, e ainda 18% das gestoras acredita que o conselho é “Muito Bom”.

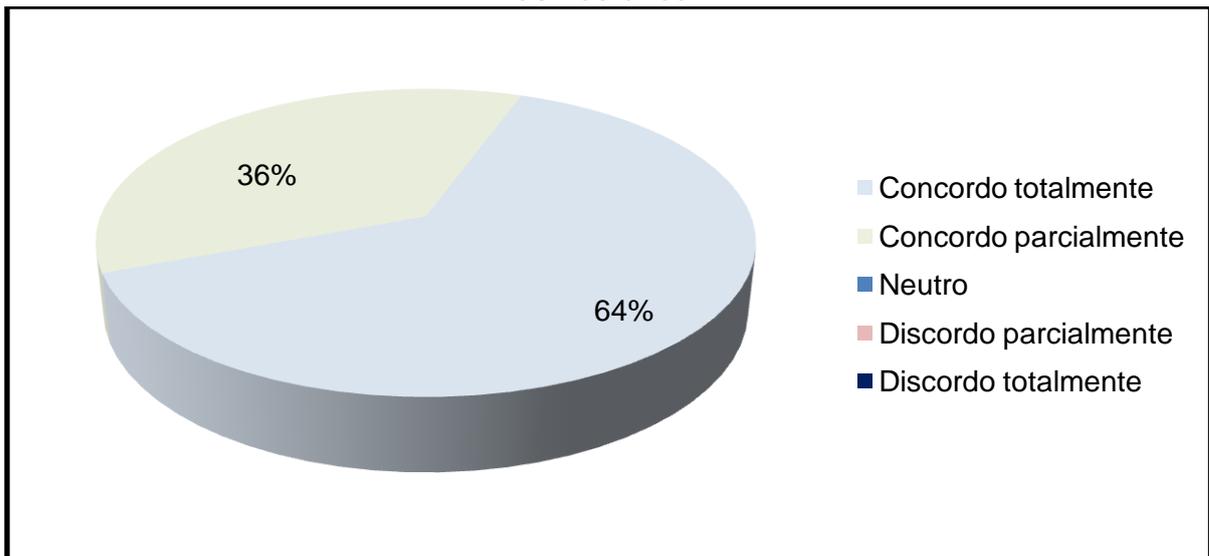
Gráfico 8 - Como você classifica a participação do grupo docente na elaboração e executa os planos de trabalho?



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 8, exibe que 55% das gestoras classifica a participação dos docentes na elaboração e execução dos planos de trabalho como sendo “Bom”, e 45% classifica como sendo “Muito Bom”, nesse sentido percebe-se que as gestoras estão bem assistidas do seu corpo docente, pois não obteve-se nem uma resposta “Regular”, “Ruim” ou ainda “Muito Ruim”.

Gráfico 9 - Considerando suas ações como Gestor (a), você se considera democrático?

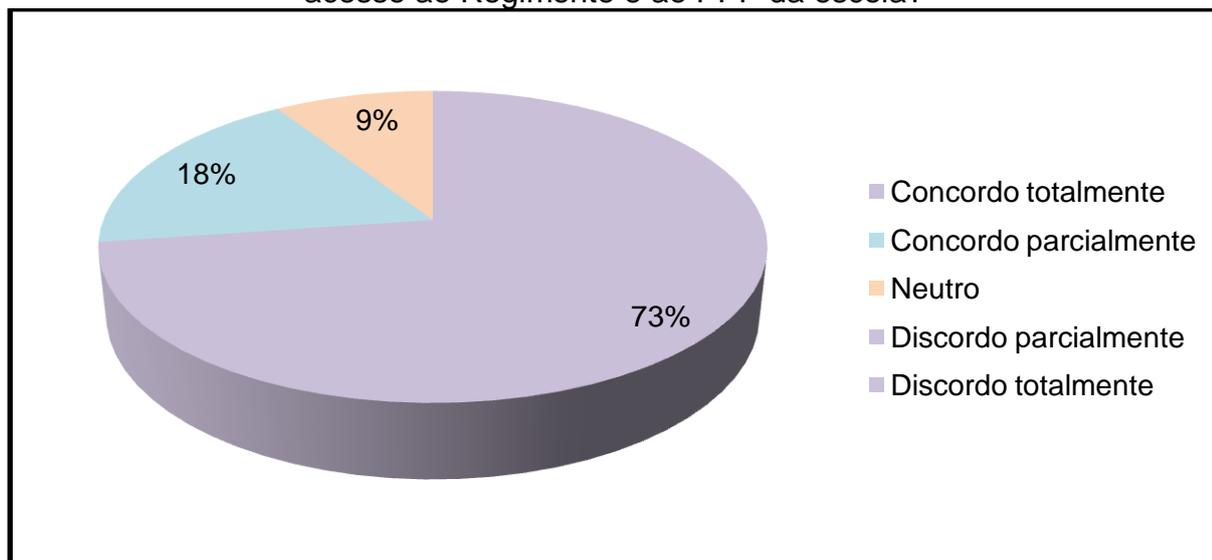


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação ao Gráfico 9, que busca entender se as gestoras são democráticas, percebe-se que 64% responderam concordar que são totalmente democráticas, e 36% concordam parcialmente que são democráticas.

A gestão democrática é de suma importância porque implica visualizar a perspectiva social, no qual os sujeitos possam “participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução”, salienta (CÓSSIO, 2006, p. 31).

Gráfico 10 - A comunidade escolar – pais, alunos, professores e funcionários – tem acesso ao Regimento e ao PPP da escola?

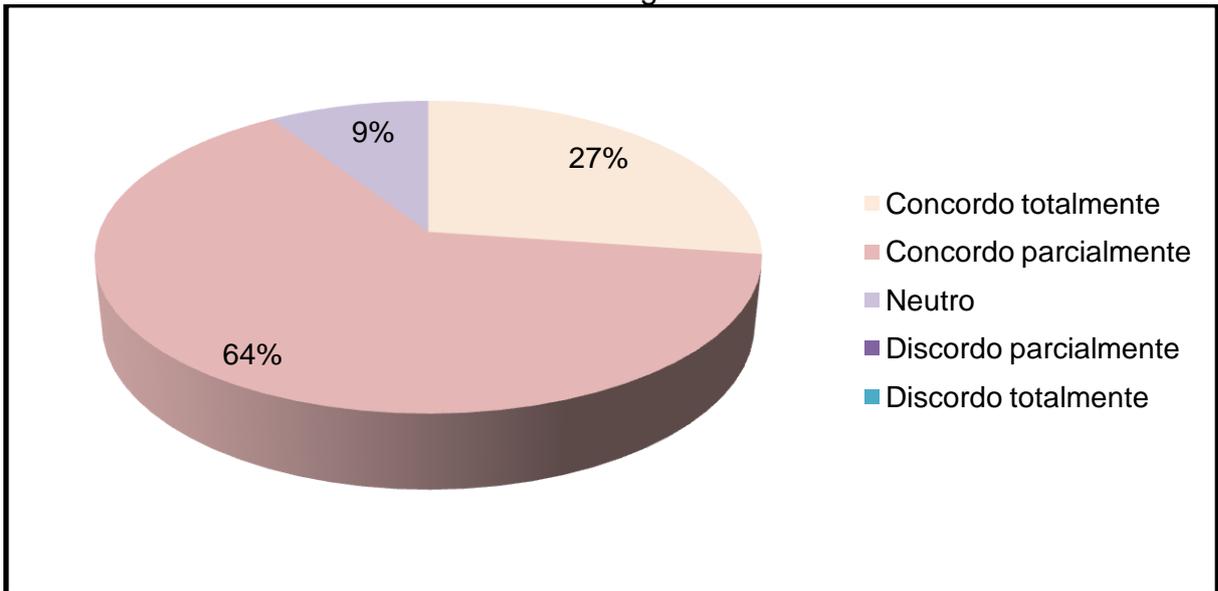


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No Gráfico 10, quando as gestoras foram questionadas se os pais, alunos, professores e funcionários têm acesso ao regime e ao PPP da escola, a pesquisa revela que 73% das gestoras Concordam totalmente que a comunidade escolar tem acesso ao Regime e ao PPP da escola, 18% Concordaram Parcialmente e 9% preferiram não responder, ficaram neutras sobre o assunto.

Para Veiga (2002), o PPP é um veículo de engajamento coletivo na integração das ações dispersas, criação de sinergias que busquem soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, e por meio do desenvolvimento do “sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns”, para a definição do norte das ações a serem desencadeadas e fortalecer a construção de uma coerência comum, indispensável para que a ação coletiva produza seus efeitos.

Gráfico 11 - Você consegue, em tempo hábil, realizar todas as tarefas diárias que lhe são exigidas?

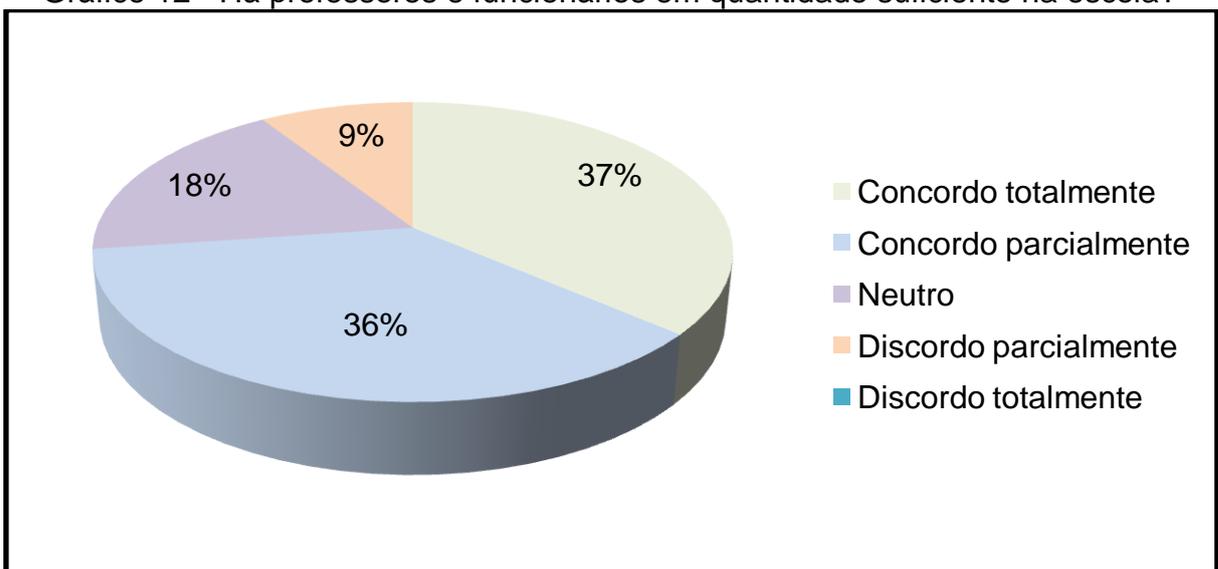


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 11 exhibe que a grande maioria das gestoras com sua totalidade 64%, conseguem efetuar em tempo hábil as tarefas que precisam ser efetuadas diariamente, já 27% concordam parcialmente que conseguem efetuar as tarefas, porém 9% se mantiveram neutras, onde demonstra que nem todas as gestoras conseguem efetuar as atividades exigidas em tempo hábil.

Com estas respostas percebe-se que as gestoras precisam melhorar na gestão do seu tempo.

Gráfico 12 - Há professores e funcionários em quantidade suficiente na escola?

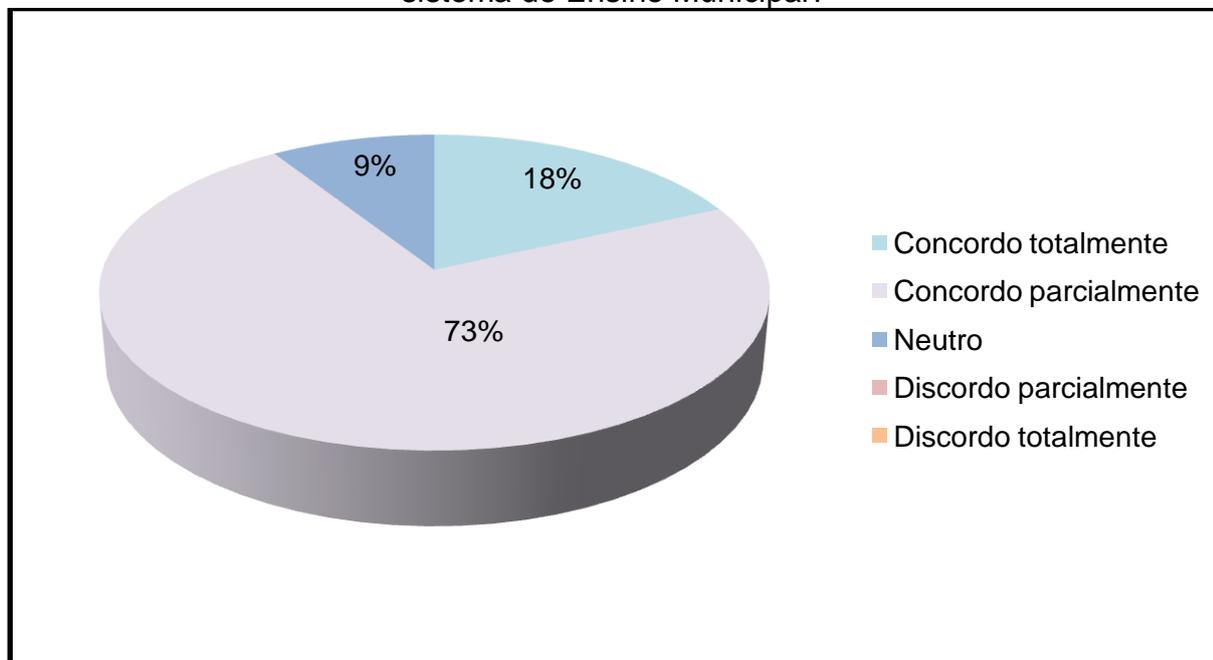


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na avaliação do Gráfico 12, vemos que 37% gestoras “concordaram totalmente” que tem professores e funcionários em quantidade suficiente para efetuar o trabalho na escola, 36% “concordam parcialmente”, 18 % das entrevistadas preferiram ficar “neutra” e 9% “discordaram parcialmente que tem professores e funcionários em sua suficiência”.

Para que este atributo possa ser melhorado, é importante verificar a possibilidade de maior contratação de professores e funcionários, possibilitando ter um melhor desempenho nas escolas.

Gráfico 13 - Existe apoio na resolução de problemas e tomada de decisões do sistema de Ensino Municipal?

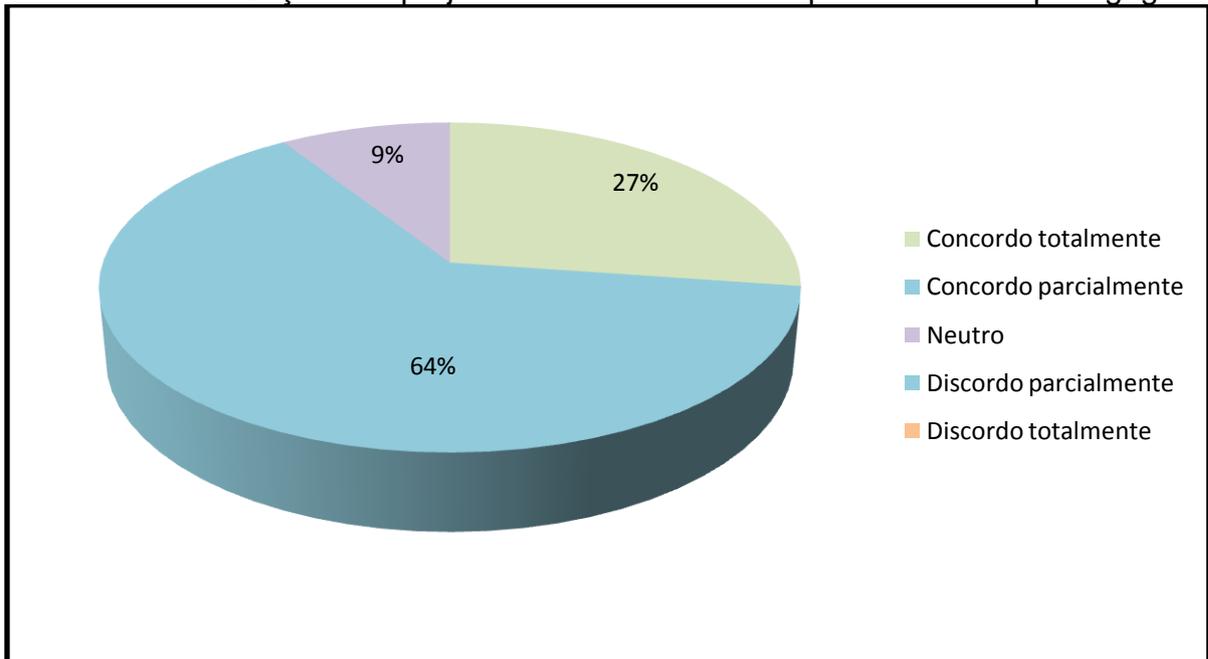


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Gráfico 13 exhibe que 18% das gestoras concordam totalmente que tem apoio do município na tomada de decisão e na resolução dos problemas que caso venha a acontecer na escola, porém 73% concordam parcialmente e ainda 9%, ficaram neutras ao serem questionadas, nem uma das gestoras respondeu que discorda parcialmente e nem que discorda totalmente.

Mas tendo 9% que ficaram neutras, pode-se inferir que nem todas as gestoras podem contar com o apoio da secretaria municipal para resolver os problemas.

Gráfico 14 - Os recursos financeiros públicos são suficientes para a manutenção da escola e concretização dos projetos escolares definidos para o trabalho pedagógico?



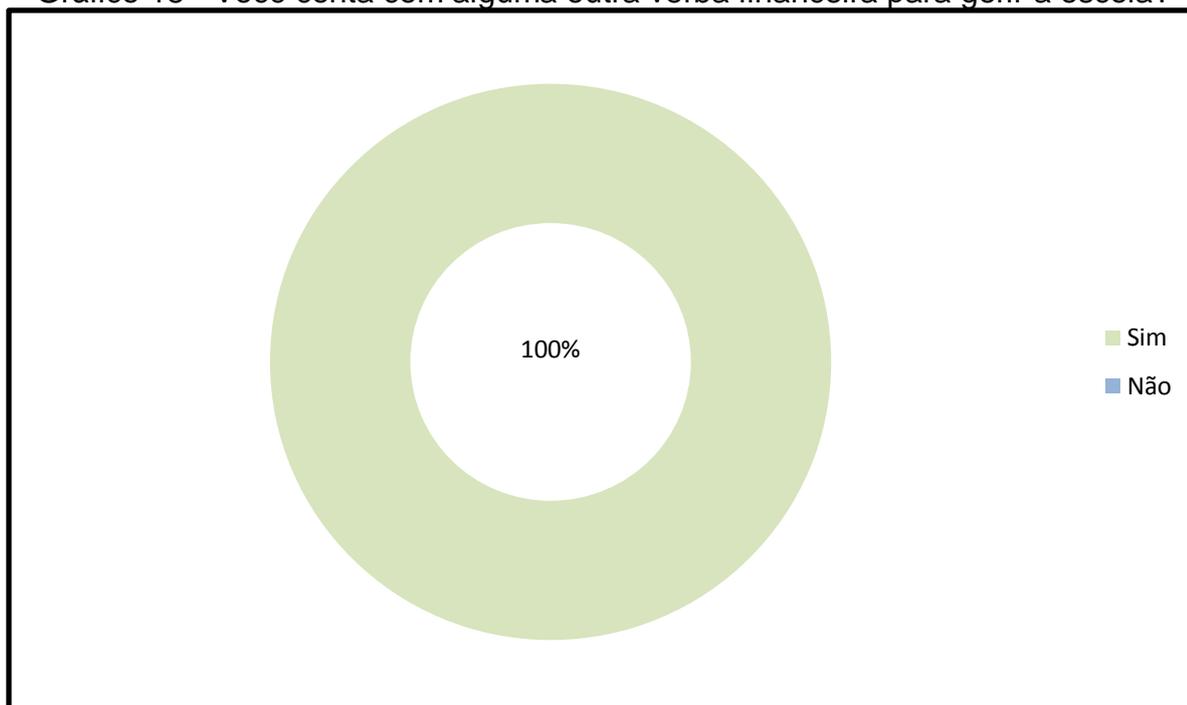
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O gráfico 14 evidencia que a maioria das gestoras concorda parcialmente que os recursos financeiros são suficientes para a manutenção e a concretização dos projetos da escola, com um percentual de 64%. Em contrapartida, 27% das gestoras concordam totalmente que os recursos financeiros são suficientes, temos ainda 9% das gestoras que ficaram neutras e nem uma discorda nem parcialmente e nem totalmente que os recursos são suficientes.

Percebe-se que as gestoras em sua grande maioria acreditam que recebe do governo o recurso financeiro suficiente para concretizar a manutenção e os projetos que fazem dentro das escolas.

De acordo com Souza (1979), as despesas com educação pelo governo, em geral, são financiadas com recursos orçamentários ou extra orçamentário. Qualquer que seja a fonte, ela pode ser vinculada ou não, no primeiro caso, a existência do vínculo obriga o Estado ou Município a utilizá-la de forma exclusiva como determinada pela lei, caso não haja vinculação, o governo pode dispor dos recursos de forma livre.

Gráfico 15 - Você conta com alguma outra verba financeira para gerir a escola?



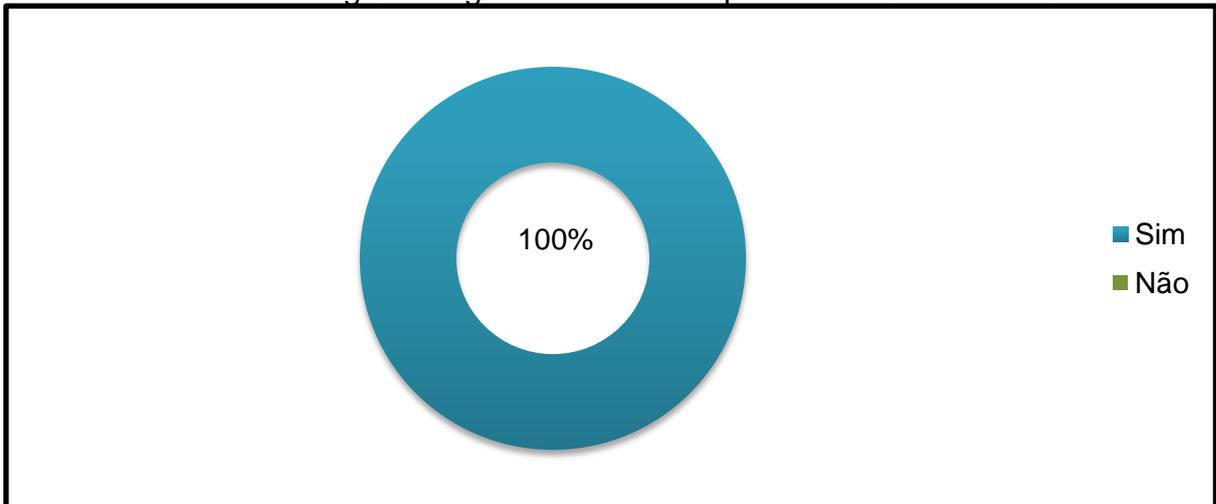
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Conforme podemos verificar no gráfico 15, todas as gestoras declararam que possuem alguma outra verba para gerir a escola.

Gráfico 16 - Caso tenha, qual seria?

As gestoras descreveram que as escolas possuem CPMA, fazem promoção na escola como, por exemplo: bingo, galetto, cachorro quente, festa de são joão e ainda tem a contribuição “espontânea” dos pais.

Gráfico 17- Você como Gestor (a) escolar trabalha com alguma ferramenta financeira para lhe auxiliar na gestão financeira da sua escola? Tem alguma Planilha financeira ou algum Programa financeiro que lhe auxilia na Gestão?



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No gráfico 17 verifica-se que 100% das entrevistadas falaram que possuem algum tipo de ferramenta para auxiliar no controle financeiro da sua gestão.

18. Caso tenha, de que forma é gerenciada?

Segundo as gestoras elas possuem alguns métodos de prestação de contas com a secretaria municipal e ainda cada uma tem um método particular de organizar as finanças da escola.

A documentação que elas precisam enviar a secretaria da educação para prestar contas é então livro caixa, boletim estatístico, que seria um formulário enviado a cada 2 meses para a secretaria da educação com a prestação de contas.

Figura 1 – Formulário prestação de contas

LEVA MENÇAL - PERÍODO abril/mês 2017

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO
 01 - Nome do Unidade Executora: C.P.M.A. E.M.E.I. WILSON JUNIOR
 02 - Número do CNPJ da Unidade Executora: 1133044810001-09
 03 - Agência/Caixa: 0904-9123453-05

BLOCO 2 - SÍNTESE DA RECEITA E DA DESPESA
 04 - Valor Recebido em Espécie (R\$): 1.000,00
 05 - Valor Recebido em Fim de Mês (R\$): 0,00
 06 - Recargas Pagas (R\$): 0,00
 07 - Deposito Bancário (R\$): 400,00
 08 - Deposito Bancário (R\$): 50,00
 09 - Valor Total (Receitas) (R\$): 1.000,00
 10 - Valor Total (Despesas) (R\$): 450,00
 11 - Valor Total (Reserva) (R\$): 550,00

BLOCO 3 - PAGAMENTOS EFETUADOS

13 - Nome do Fornecedor e CNPJ ou CPF	14 - Especificação das Bases de Serviços	15 - Documento			16 - Pagamento			17 - Valor (R\$)	
		Tipo	Número	Data	Nº Cheque	Data	Despesa Mensal	Valor da Nota	
<u>Parque Tecnológico LTDA</u> <u>1140136810001-06</u>	<u>teste optico, camera, adapt...</u>	Nfe	42	24/04/17	01001	24/04/17	2,00	500,00	
<u>Juliane da Jol</u> <u>142071220-00</u>	<u>serviço de limpeza</u>	Nf	30	01/04/17	15030	02/04/17	1,50	100,00	
<u>Parque do Municipal</u> <u>04408610001-04</u>	<u>Passagem de ônibus</u>	-	-	-	-	29/04/17	23,00	-	
<u>Parque do Municipal</u> <u>04408610001-04</u>	<u>Reparação condutório</u>	-	-	-	-	05/04/17	93,50	-	
18 - TOTAL								500,00	400,00

BLOCO 4 - AUTENTICAÇÃO
 São Sebastião de Cai, 03 de junho de 2017
 Fulvia DE TRL
 Nome Presidente da Unidade Executora
 Assinatura Presidente da Unidade Executora

Fonte: Secretária da Educação de São Sebastião do Cai/RS (2017).

19. Quais os dispositivos utilizados para fazer a divulgação da prestação de contas financeiras para a comunidade escolar?

Em sua totalidade as gestoras responderam que fazem uma reunião no início do ano letivo para a divulgação dos projetos do ano que se inicia para a comunidade escolar, apresentando em slides para que fiquem bem claros os seus adjetivos, para todos os que estão participando da reunião. Da mesma forma é feita uma reunião ao fim deste ano letivo, com a finalidade de divulgar para a comunidade escolar, o que foi alcançado e o que ficou pendente para o próximo ano.

20. Deixe seu comentário ou sugestão.

Esta questão foi livre com a intenção de que as gestoras tivessem alguma sugestão ou comentário elas pudessem ficar a vontade para escrever, tivemos duas respostas. Classifique-as como gestora A e B, já que não fui autorizada a descrever nomes de escolas ou diretoras no trabalho,

Segundo a gestora A quando o trabalho é feito em conjunto, onde todos sempre se empenham em realizar um trabalho pedagógico em prol a uma educação de qualidade para nossos alunos, o resultado com certeza é maravilhoso. Tudo que é feito com amor sempre faz a diferença.

Conforme a gestora B estar na direção de uma escola é um desafio diário. Sendo muito importante a colaboração de todo o grupo, principalmente da equipe diretiva.

4.2 RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA

A entrevista foi aplicada com o secretário da Educação de São Sebastião do Caí, Senhor Elton Fernandes, a entrevista foi aplicada pessoalmente.

Segundo o Senhor Elton, ele possui formação acadêmica em Licenciatura em Educação Física, já foi professor e diretor nas escolas da rede pública municipal de São Sebastião do Caí - RS, dessa forma, já tendo experiência foi convidado pela Administração Pública para assumir o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura e Desenvolvimento, do município.

Na ocasião o secretário salientou que o município de São Sebastião do Cai conta com 13 escolas municipais, sendo que nem uma delas tem o ensino médio, só atendem até o ensino fundamental. Quando questionado sobre a escolha dos gestores, ele respondeu que os mesmos são Indicados pela Administração Municipal.

Questionado sobre as verbas que o município recebe para as escolas dos Governos Estaduais e Federais, ele salienta que o Governo Estadual não envia nem uma verba as escolas Municipais, já o Governo Federal envia verba fixa PDDE (Programa Dinheiro Direto nas Escolas).

Em relação ao valor enviado por aluno para as escolas, o Secretário da Educação, Sr. Elton respondeu que a prefeitura segue o Decreto nº 3.789 de 01 de março de 2018, que regulamenta a Lei Municipal de Nº 3.722, de 02 de setembro de 2014, que autoriza o executivo municipal a repassar recursos às escolas municipais e dispõe sobre sua gestão financeira e dá outras providências.

Figura 2 – Decreto nº 3.789 de 01 de março de 2018



Fonte: Secretária da Educação São Sebastião do Cai/RS (2018).

Quanto a alguma outra verba que os gestores possuem destinado a gestão da escola, a resposta foi clara, que eles possuem as contribuições espontâneas, as

verbas do CPMA e as promoções realizadas pelas próprias escolas, como: (Festa Junina, cachorro quente, galeto entre outros).

Segundo o Secretário Municipal de Educação e Cultura e Desenvolvimento, do município de São Sebastião do Caí - RS, os materiais de limpeza e cozinha, assim como o material de expediente é enviado pela prefeitura para as escolas, sendo feita uma licitação para a compra e distribuído para as escolas, caso haja falta de algum material ao longo do mês a escola tem autonomia para efetuar a compra com a verba que tem em sua escola, em seu caixa, ou ainda a escola que não tiver urgência pode fazer uma solicitação para a SMEC e aguardar o envio do material solicitado, mas nesse caso podendo haver uma demora maior até que chegue a reposição do material na escola.

Questionado o Secretário se os gestores possuem conhecimento de gestão, para conseguir administrar a escola que está em seu poder, ele ressalta que nem sempre possuem formação na área e que não tem exigência para o cargo, já que os gestores são nomeados pela Administração Pública.

Da mesma maneira quando questionado se algum gestor tem conhecimento sobre gestão financeira para gerenciar as escolas, ele coloca que não há um conhecimento prévio.

Para finalizar os questionamentos a pergunta feita foi de qual maneira é formalizada a prestação de contas dos gestores escolares com a secretaria da educação, então obtive a seguinte resposta de que a prestação de contas é feita mediante a apresentação de formulários específicos e documentos comprobatórios de despesas e extratos bancários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar os recursos financeiros recebidos pelos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal da cidade de São Sebastião do Caí - RS, e ainda os dispositivos que os gestores utilizam para a divulgação, elaboração e os processos de prestação de contas, perante a Prefeitura e a comunidade escolar.

O recurso financeiro dentro das escolas da rede pública municipal da cidade de São Sebastião do Caí - RS, é um tema pouco abordado na área de Gestão Escolar, percebe-se que a área financeira é algo que deve ser estudado com cautela dentro das escolas. Por isso, este assunto se torna desafiador para a pesquisadora, sendo necessário levar em consideração diversas questões que irão exigir reflexões amplas e profundas sobre o tema.

Para dar embasamento a este estudo, foram utilizados referenciais teóricos como: a gestão democrática; a administração ou gestão escolar, gestão democrática e participativa, financiamento da educação brasileira, aspectos gerais do financiamento, PDDE – programa dinheiro direto na escola, políticas de descentralização, autonomia escolar e a descentralização de recursos financeiros.

A metodologia utilizada para as pesquisas seguiu um caminho para buscar a melhor resposta dos entrevistados. Tanto na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa. A pesquisa está voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos. (CERVO; BERVIAN, 2002).

Avaliando a pesquisa quantitativa, percebe-se que as gestoras possuem uma particularidade em gerir as suas finanças, que mesmo tendo os recursos reduzidos consegue fazer bastante com pouco recurso financeiro.

Percebe-se isto quando questionadas se os recursos financeiros públicos são suficientes para a manutenção da escola e concretização dos projetos escolares definidos para o trabalho pedagógico, a maioria das gestoras concorda parcialmente que os recursos financeiros são suficientes para a manutenção e a concretização dos projetos da escola, com um percentual de 64%. Em contra partida 27% das gestoras concordam totalmente que os recursos financeiros são suficientes, temos ainda 9% das gestoras que ficaram neutras e nem uma discorda nem parcialmente e nem totalmente que os recursos são suficientes.

Percebe-se que as gestoras em sua grande maioria acreditam que recebe do governo o recurso financeiro suficiente para concretizar a manutenção e os projetos que fazem dentro das escolas.

De acordo com Souza (1979), as despesas com educação pelo governo, em geral, são financiadas com recursos orçamentários ou extra orçamentário. Qualquer que seja a fonte, ela pode ser vinculada ou não, no primeiro caso, a existência do vínculo obriga o Estado ou Município a utilizá-la de forma exclusiva como determinada pela lei, caso não haja vinculação, o governo pode dispor dos recursos de forma livre.

Porem quando questionadas se conta com alguma outra verba financeira para gerir a escola, todas responderam que sim, que precisam fazer promoções para conseguir mais verbas financeiras, como por exemplo: as escolas possuem CPMA, fazem promoção na escola, bingo, galetto, cachorro quente, festa de São João e ainda tem a contribuição “espontânea” dos pais.

Com a pesquisa qualitativa, de acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica é bastante adequada para a obtenção de informações acerca daquilo que as pessoas sabem, crêem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

Na entrevista qualitativa o secretário da Educação do Município de São Sebastião do Caí salientou que as verbas enviadas para as escolas segue o Decreto nº 3.789 de 31 de março de 2018, que regulamenta a Lei Municipal de Nº 3.722, de 02 de setembro de 2014, que autoriza o executivo municipal a repassar recursos as escolas municipais e dispõe sobre sua gestão financeira e dá outras providências.

Os materiais de limpeza e cozinha, assim como o material de expediente é enviado pela prefeitura para as escolas, sendo feita uma licitação para a compra e distribuído para as escolas, caso haja falta de algum material ao longo do mês a escola tem autonomia para efetuar a compra com a verba que tem em sua escola, em seu caixa, ou ainda a escola que não tiver urgência pode fazer uma solicitação para a SMEC e aguardar o envio do material solicitado, mas nesse caso podendo haver uma demora maior até que chegue a reposição do material na escola.

Ao fim do estudo percebe-se que os gestores das escolares são escolhidos pela Secretaria de Educação do Município e nem todos tem conhecimento financeiro. Em sua totalidade eles são formados em licenciatura e não possuem conhecimento técnico na área de gestão.

Como sugestão para as gestoras, saliento que se tivessem algum maior conhecimento sobre finanças, poderiam fazer ainda mais com o pouco que o município disponibiliza para elas gerirem as suas escolas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ALVES, José Matias, “**Autonomia, participação e liderança**”. In Carvalho, A, Alves, J. M. e Sarmiento, M. J. **Contratos de Autonomia, Aprendizagem Organizacional e Liderança**. Porto: Edições Asa, 1999.
- BAUER, Martin; GASKELL, George (ED). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. 2008.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira, **Fundamentos de Metodologia Científica – 3ª Ed.** –São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BARROSO, João. Estudo da Autonomia da Escola: da Autonomia Decretada à autonomia Construída. In: BARROSO, João (org.). **O Estudo da Escola**. Porto: Porto editora, 1996.
- BERGER, Arthur. **Media research techniques**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1998.
- BONAT, Debora. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE). Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Brasília. MEC. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pdde> Acesso em 10 outubro 2018.
- BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34. Acesso em 24 julho.2018.
- CASASSUS, Juan. A Centralização e a Descentralização da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, p. 37-42, nov., 1995.
- CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos. **Participação de Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- CÓSSIO, Maria de Fátima. **Gestão democrática da educação**: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6ª Ed. Rio de Janeiro, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

CRETELLA, Júnior, José. **Direito Administrativo**. São Paulo: Bushatsky; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

CUNHA, Murilo. **Metodologias para estudo de usuários de informação científica e tecnológica**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SILVA, Rosimeri Carvalho. **Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração**. In M. M. F. Vieira & D. M. Zovain (Orgs.), Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática (pp. 97-118). São Paulo: FGV. 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas**. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921- 946, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 19/07/2018.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Henrique Mello Rodrigues; CUNHA, Marcus. V. M.; MOSCAROLA, Jean. **Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo**. Revista de Administração da USP, 1997, p. 97-109.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Repensando e Resinificando Gestão democrática da Educação na cultura globalizada**. In: Campinas, vol 25, nº 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

FONTANA, Andrea; FREY, James H. **Interviewing: the art of science**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

FINK, Arlene. **How to sample in surveys**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed. 2009.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIMENO SACRISTAN, J. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papirus, 2002.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: Conceitos, exercícios e casos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005. P. 318.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática**. 5ª Ed., Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- LIMA, Jozina Pires de Araújo. **Gestão Democrática na escola: uma estratégia de prazer no trabalho**. Dissertação de mestrado em Psicologia apresentada na Universidade Católica de Brasília, 2011.
- LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. In: EM ABERTO. Vol. 17, n 72, fev/jun, 2000.
- LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 2 ed Petrópolis: Vozes, 2007a.
- MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 97 -112, fev./jun., 2000.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1994. v. 2.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 08 jul 2018.

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia da escola**: a (ex)ensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

PINSONNEAULT, Alain; KRAEMER, Kenneth L. **Survey research in management information systems**: an assesement. Journal of Management Information System, 1993.

PINTO, José Marcelino de Rezende.; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EccoS - Revista Científica**. São Paulo, v.8, nº1, p.23-46, jan./jun.2006.

POLO, José Carlos. Planejamento e orçamento no município. In: RODRIGUES, M. M.; GIÁGIO. **Guia de consulta para o programa de apoio aos secretários municipais de educação** – PRASEM III. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científica**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAQBAJ&pg=PA82&dq=a+importancia+do+tema+no+trabalho&hl=pt-R&sa=X&ved=0ahUKEwjuiOWlu9rLAhUKHB4KHW5PD80Q6AEITAB#v=onepage&q=pr%C3%A9-teste&f=false>>. Acesso em: 10 jul. 18.

REZENDE, Fernando Antônio. **Finanças Públicas**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2001, p10-37.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROVERSI, Fabio. Descentralização e centralização. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ªed, v.1, 1992.

SOUZA, Alberto de Mello. **Financiamento da educação e o acesso à escola no Brasil**. Brasília : IPEA. 1979. p 5-30.

SORDI, José Osvaldo. de. **Elaboração de pesquisa científica**: seleção, leitura e redação. São Paulo: Saraiva, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK Colin. (org). **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord). **Gestão Social: metodologia e casos**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1.998.

TEIXEIRA, Enise Barth. **Análise de dados na pesquisa científica**: importância e desafios em estudos organizacionais. Revista Unijuí, ano 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível I. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

WITTMANN, Lauro e FRANCO, Moreira. E. D.P. **Situação e perspectivas da Administração da Educação no Brasil**. Relatório geral do programa de pesquisa: primeira fase. Brasília- ANPED 1998.

APÊNDICE A – PESQUISA DE GESTÃO FINANCEIRA PARA GESTORES ESCOLARES

Olá! Sou Marisa da Cruz de Oliveira, aluna do curso de Especialização em Gestão Escolar, no Instituto Federal R/S, Campus Feliz, e estou elaborando meu Trabalho de Conclusão do Curso. Dessa forma, gostaria de pedir alguns minutos do seu tempo para responder ao questionário que tem por finalidade conhecer os recursos recebidos pelos estabelecimentos de ensino da rede Pública Municipal da cidade de São Sebastião do Caí, e os dispositivos que vocês os gestores utilizam para a divulgação, elaboração dos gastos e os processos de prestação de contas.

1. Idade (anos)

- 18 a 25
- 26 a 35
- 36 a 55
- acima de 55

2. Sexo

- Masculino
- Feminino

3. Nível de escolaridade:

- Ens Médio
- Superior
- Pós Lato Sensu
- Pós Stricto Senso

4. Há quanto tempo trabalha como Gestor nessa escola?

- Menos de um ano
- De um a três anos
- A mais de três anos

5. Na sua concepção, quais as funções do gestor escolar? Entre as citadas a baixo, enumere a que você acha mais importante sendo a número 1 e a de menor relevância, sendo a número 8 de maior relevância.

- () Cuidar da administração financeira da escola;
- () Identificar as necessidades da instituição e buscar soluções;
- () Gerenciar a equipe de educadores da instituição;
- () Liderar a elaboração do projeto político-pedagógico, mobilizando toda a comunidade escolar;
- () Prestar contas à comunidade;
- () Acompanhar o cotidiano da sala de aula e o avanço na aprendizagem dos alunos;
- () Atender os pais quando necessário;
- () Incentivar e apoiar a implantação de projetos e iniciativas inovadoras.

6. Como você avalia a Gestão Democrática na escola onde você é Gestora?

- () Muito Bom
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Muito Ruim

7. Como você classifica o conselho escolar na sua escola, nos seguintes quesitos: da estruturação e dos integrantes do conselho se estes colaboram e auxiliam na resolução de problemas e na proposta de novas metas?

- () Muito Bom
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Muito Ruim

8. Como você classifica a participação do grupo docente na elaboração e executa os planos de trabalho?

- () Muito Bom

- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito Ruim

9. Considerando suas ações como gestor, você se considera democrático?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

10. A comunidade escolar – pais, alunos, professores e funcionários – tem acesso ao Regimento e ao PPP da escola?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

11. Você consegue, em tempo hábil, realizar todas as tarefas diárias que lhe são exigidas?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

12. Há professores e funcionários em quantidade suficiente na escola?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

13. Existe apoio - na resolução de problemas e tomada de decisões - do sistema de ensino municipal?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

14. Os recursos financeiros públicos são suficientes para a manutenção da escola e concretização dos projetos escolares definidos para o trabalho pedagógico?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Neutro
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

15. Você conta com alguma outra verba financeira para gerir a escola?

- Sim
- Não

16. Caso tenha, qual seria?

17. Você como Gestor (a) escolar trabalha com alguma ferramenta financeira para lhe auxiliar na gestão financeira da sua escola? Tem alguma Planilha financeira ou algum Programa financeiro que lhe auxilia na Gestão?

- Sim
- Não

18. Caso tenha, de que forma é gerenciada?

19. Quais os dispositivos utilizados para fazer a divulgação da prestação de contas financeiras para a comunidade escolar.

20. Deixe seu comentário ou sugestão.

APÊNDICE B – PESQUISA COM SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - R/S.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:.....

Cargo que ocupa:.....

Sexo:.....Idade:.....

Formação acadêmica:.....

Experiências profissionais.....

Residência: Cidade:.....Estado:.....

II – PERGUNTAS ESPECÍFICAS

1. Qual o número de escolas municipais que tem hoje no município de São Sebastião do Caí?
2. E alguma delas possui ensino médio?
3. Como é feita a escolha desses gestores?
4. Quais as verbas que vem para a educação dos governos estaduais e federais destinadas as escolas?
5. Qual o valor considerado por aluno que é enviado para as escolas?
6. E outra verba que os gestores têm além desse valor destinado por aluno?
7. Os matérias de limpeza e cozinha os gestores tem autonomia para a compra ou já vai direto da prefeitura?
8. Da mesma forma o material de expediente, como é feita a compra e distribuição para as escolas?
9. Caso falte algum material para alguma escola no meio do mês como é feita a reposição?
10. Os gestores possuem algum caixa nas escolas para as compras mínimas durante o mês?
11. Os gestores possuem o mínimo de conhecimento de gestão, para conseguir administrar a escola dado para sua administração?

12. E gestão financeira esses gestores possuem conhecimento?
13. Como é feita a prestação de contas dos gestores escolares com a secretaria da educação?
14. Caso tenha alguma sugestão, ou colocação a fazer, favor escrever nessa questão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

DECRETO Nº 3.789, de 01 de março de 2018.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL
N.º 3.722, DE 02 DE SETEMBRO DE
2014 QUE AUTORIZA O EXECUTIVO
MUNICIPAL A REPASSAR
RECURSOS ÀS ESCOLAS
MUNICIPAIS E DISPÕE SOBRE SUA
GESTÃO FINANCEIRA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, no uso de suas atribuições legais e,

DECRETA:

Art. 1.º Com autorização dada pela Lei Municipal nº 3.722, de 02 de setembro de 2014, ficam definidos os novos valores a serem destinados às Escolas Municipais, conforme segue:

I – Escolas e/ou anexo com até 50 alunos.....	R\$ 500,00
II – Escolas e/ou anexo de 51 a 100 alunos.....	R\$ 800,00
III – Escolas e/ou anexo de 101 a 200 alunos.....	R\$ 1.000,00
IV – Escolas e/ou anexo de 201 a 350 alunos.....	R\$ 1.100,00
V – Escolas e/ou anexo de 351 a 500 alunos.....	R\$ 1.500,00
VI – Escolas e/ou anexo com mais de 501 alunos.....	R\$ 1.500,00

Art. 2.º As despesas a serem supridas pelos recursos repassados compreendem:

I – manutenção, conservação de prédios e pequenos reparos nas dependências escolares, apenas com autorização do Departamento de Engenharia e Arquitetura da municipalidade;

II – aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da Escola;

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 3.739 de 31 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, 01 de março de 2018.


CLÓVIS ALBERTO PIRES DUARTE,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



LEGALE MUNICIPAL - PERÍODO abril / maio 2017



BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO		22 - Número de CPU da Unidade Executora	23 - Agência ou
07 - Nome da Unidade Executora		4434041810001-05	0904-9123453-05
C.P.N.A. E.M.E.I. WYLLA TORRES			
BLOCO 2 - SÍNTESE DA RECEITA E DA DESPESA		05 - Valor Recebido na Função (R\$)	06 - Total Agre. Financeira (R\$)
04 - Saldo Anterior (R\$)	05 - Valor Recebido na Função (R\$)	07 - Recursos Próprios (R\$)	08 - Despesa Recorrida (R\$)
0,00	1.000,00	0,00	50,00
10 - Valor Total (Despesa) (R\$)	1000,00	11 - Valor Total (Despesa) (R\$)	400,00
			955,00
BLOCO 3 - PAGAMENTOS EFETUADOS			
13 - Nome do Fornecedor e CNPJ ou CPF	14 - Especificação dos Bens ou Serviços	15 - Descrição	
		16 - Pagamento	17 - Valor (R\$)
		18 - Valor (R\$)	Valor em R\$
Despexa Torpede LTDA	Agua Opote, Conduto, Sapon...	N/F 42 4851/14 10001 4851/14	2,00 500,00
1840176810001-06			
Juliane da Jod	Formica 400ml	N/F 30 0102/14 15030 02105/14	4,50 100,00
1420142290-00			
Despex de Pissal	Truque 200ml	- - - - -	23,00 -
344086490001-04			
Despex de Pissal	Recursoes Condutivos	- - - - -	93,50 -
344086490001-04			
18 - TOTAL			50,00 400,00
BLOCO 4 - AUTENTICAÇÃO			
São Sebastião do Rio de Janeiro, 04 de 2017		FELICIANA DE TRL	
		Maire Presidente da Unidade Executora	
		Aldalberto Presidente da Unidade Executora	